



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

EDITAL 01/2016, DE 31 DE AGOSTO DE 2016

Versão Consolidada com as alterações do Edital Complementar nº 1, de 09/09/2016, publicado no DOU Nº. 174, de 09/09/2016, Seção 3, pág. 37 a 42 e do Edital Complementar nº 2, de 20/09/2016, publicado no DOU Nº. 182, de 21/09/2016, Seção 3, pág. 43 a 45.

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE PROFESSOR
DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E
TECNOLÓGICO**

A Reitora Substituta do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria IFAC nº 220 de 29/02/2016 publicada no DOU nº 40, seção 2, de 01/03/2016, publicado no DOU, nº 71, seção 2, página 1, de 14/04/2016 e tendo em vista o disposto no Artigo 37, inciso II, da Constituição Federal do Brasil, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1988, e considerando os termos do Decreto nº 6.944, de 21/8/2009, a Lei nº 11.892, de 29/12/2008, o Decreto nº 7.312, de 23/9/2010 e suas alterações e a Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 e suas regulamentações, TORNA PÚBLICO que estarão abertas as inscrições para o Concurso Público para provimento, em caráter efetivo, dos cargos de PROFESSOR DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC), observados os termos da Lei nº 8.112, de 11/12/90, e do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal estruturado pela Lei nº 12.772/2012, mediante as normas e condições estabelecidas neste Edital.

1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Concurso Público, regido por este Edital, será promovido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC, CNPJ nº 10.918.674/0001-23, sediado na Rua Coronel José Galdino, nº 495, Bosque, em Rio Branco – AC e executado pela empresa ASSESSORIA BRASILEIRA DE CONCURSOS – INSTITUTO BRASIL, CNPJ nº 08.186.006/0001-07, estabelecida na Rua Dr. Sandino Erasmo de Amorim, nº 1395, Jardim Maria Luiza, Cascavel – PR, CEP 85.819-690, sob a supervisão da Comissão de Concurso Público do IFAC, Portaria IFAC nº 2001, de 29 de julho de 2016, publicada no Boletim Extraordinário nº 35 - 29/07/2016 - julho/2016.

1.2 O presente concurso destina-se ao provimento de **54 (cinquenta e quatro)** cargos da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Classe D-I, Nível 1, visando ao preenchimento das vagas atualmente existentes, constantes no **item 2.1** deste Edital, e das que vagarem ou vierem a ser criadas durante o seu prazo de validade.

1.3 O candidato inscrito para uma das áreas descritas no **Item 2.1**, em caso de aprovação, poderá ser lotado em quaisquer *Campido* IFAC, localizados **nos municípios de Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Tarauacá, Sena Madureira e Xapuri**, ou em outras



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

Unidades que possam ser implantadas dentro do prazo de validade deste concurso, mediante as normas e condições contidas neste Edital.

1.4 As informações relativas ao presente concurso serão divulgadas nos endereços eletrônicos <<http://institutobrasil.net.br/>> e <<http://www.ifac.edu.br/>>, sendo de inteira responsabilidade do candidato o seu acompanhamento.

1.5 A inscrição do candidato no Concurso Público implica o conhecimento e a aceitação tácita das condições estabelecidas neste Edital, das instruções específicas para o cargo e das demais informações que porventura venham a ser divulgadas, as quais não poderá alegar desconhecimento.

2 DAS VAGAS, ATRIBUIÇÕES, PRÉ-REQUISITOS, REMUNERAÇÃO E REGIME DE TRABALHO

2.1 Quadro de vagas para professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico:

Cód.	Área / Unidade	Regime de Trabalho	Ampla Concorrência	Reserva para Autodeclaração dos Pretos e Pardos	Reserva para Pessoa com Deficiência	Total Geral
P1	Administração	40h/DE	3	1	-	4
P2	Agronegócio	40h/DE	2	-	-	2
P3	Agronomia	40h/DE	2	-	-	2
P4	Alimentos	40h/DE	2	1	-	3
P5	Biologia	40h/DE	3	1	-	4
P6	Contabilidade	20h	2	-	-	2
P7	Educação Física	20h	2	-	-	2
P8	Engenharia Ambiental	40h/DE	1	-	-	1
P9	Engenharia de Produção	20h	1	-	-	1
P10	Engenharia Florestal	40h/DE	1	-	-	1
P11	Filosofia	20h	2	-	-	2
P12	Física	40h/DE	5	2	1	8
P13	Gestão Ambiental	40h/DE	1	-	-	1
P14	Informática	40h/DE	2	1	-	3
P15	Libras	20h	3	1	-	4
P16	Língua Portuguesa e suas Literaturas	40h/DE	2	-	-	2
P17	Matemática	40h/DE	1	-	-	1
P18	Pedagogia	40h/DE	3	1	-	4
P19	Pesca	40h/DE	1	-	-	1
P20	Psicologia	40h/DE	1	-	-	1
P21	Química	40h/DE	2	1	-	3
P22	Zootecnia	40h/DE	2	-	-	2
Totais			44	9	1	54



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

2.2 São atribuições do cargo de Professor da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, complementarmente às previstas no Artigo 13 da Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB):

2.2.1 Ministras disciplinas ligadas às suas áreas e níveis de formação (Graduação, Especialização, Mestrado ou Doutorado) em cursos de todos os níveis, modalidades e formas de ensino do Instituto Federal do Acre (Cursos Técnicos de Nível Médio, Bacharelados, Licenciaturas, Tecnólogos, Pós-Graduação, Formação Inicial e Continuada e Programas Especiais), quer no respectivo campus ou fora dele.

2.2.2 Prestar consultoria e assessoria na implantação, coordenação e administração de cursos e desenvolvimento de projetos de interesse do IFAC.

2.2.3 Orientar os alunos em desenvolvimento de projetos, trabalhos de conclusão de curso, estágios e monitorias.

2.2.4 Desenvolver atividades de pesquisa e extensão, elaborando e executando projetos, desde o encaminhamento aos órgãos de fomento até suas finalizações.

2.2.5 Manter produção científica, tais como elaborar e encaminhar artigos para revistas e congressos.

2.2.6 Participar de órgãos e comissões internas e externas, para tratar de assuntos administrativos e de interesse da Instituição.

2.2.7 Participar de bancas examinadoras e outras atividades previstas em regulamento interno de atividades docentes do IFAC.

2.3 Os pré-requisitos para ingresso são específicos conforme área de atuação:

- a) Área: ADMINISTRAÇÃO. Pré-Requisito:** Graduação em Administração;
- b) Área: AGRONEGÓCIO. Pré-Requisito:** Graduação em Agronegócio; Graduação em Ciências Agrárias com Pós-Graduação em Agronegócio; ou Graduação em Agronomia com Pós-Graduação em Agronegócio;
- c) Área: AGRONOMIA. Pré-Requisito:** Graduação em Agronomia; ou Graduação em Ciências Agrárias;
- d) Área: ALIMENTOS. Pré-Requisito:** Graduação em Tecnologia de Alimentos; Graduação em Ciência e Tecnologia de Laticínios; ou Graduação em Agroindústria ou Engenharia de Alimentos; ou Zootecnia com Pós-Graduação na Área de Ciências e Tecnologia de Alimentos; ou Agronomia com Pós-Graduação na Área de Ciências e Tecnologia de Alimentos; ou Graduação em Biologia com Pós-graduação na Área de Ciências e Tecnologia de Alimentos; ou Licenciatura em Ciências Biológicas com Pós-Graduação na Área de Ciências e Tecnologia de Alimentos; ou Licenciatura em Química com Pós-graduação na Área de Ciências e Tecnologia de Alimentos; ou Graduação em Química com Pós-graduação na área de Ciências e Tecnologia de Alimentos.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

- e) **Área:** BIOLOGIA. **Pré-Requisito:** Licenciatura em Ciências Biológicas ou Licenciatura em Biologia; ou Licenciatura em Ciências da Natureza com Habilitação em Biologia; ou Licenciatura em Ciências com Habilitação em Biologia;
- f) **Área:** CONTABILIDADE. **Pré-Requisito:** Graduação em Ciências Contábeis;
- g) **Área:** EDUCAÇÃO FÍSICA. **Pré-Requisito:** Licenciatura em Educação Física;
- h) **Área:** ENGENHARIA AMBIENTAL. **Pré-Requisito:** Graduação em Engenharia Ambiental;
- i) **Área:** ENGENHARIA DE PRODUÇÃO. **Pré-Requisito:** Graduação em Engenharia de Produção;
- j) **Área:** ENGENHARIA FLORESTAL. **Pré-Requisito:** Graduação em Engenharia Florestal;
- k) **Área:** FILOSOFIA. **Pré-Requisito:** Licenciatura em Filosofia;
- l) **Área:** FÍSICA. **Pré-Requisito:** Licenciatura em Física; ou Licenciatura em Ciências da Natureza com Habilitação em Física; ou Licenciatura em Ciências com Habilitação em Física;
- m) **Área:** GESTÃO AMBIENTAL. **Pré-Requisito:** Graduação em Gestão Ambiental;
- n) **Área:** INFORMÁTICA. **Pré-Requisito:** Graduação em Ciência da Computação; ou Graduação em Sistemas de Informação; ou Graduação em Análise de Sistema; ou Superior de Tecnologia da Informação; ou Graduação em Engenharia de Computação; ou Graduação em Desenvolvimento de Sistemas para Web; ou Graduação em Informática; ou Graduação em Engenharia de Software; ou Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas;
- o) **Área:** LIBRAS. **Pré-Requisito:** Graduação em Letras/Libras; ou Licenciatura em qualquer área com Pós-Graduação em Libras;
- p) **Área:** LÍNGUA PORTUGUESA E SUAS LITERATURAS. **Pré-Requisito:** Licenciatura em Letras/Português;
- q) **Área:** MATEMÁTICA. **Pré-Requisito:** Licenciatura em Matemática;
- r) **Área:** PEDAGOGIA. **Pré-Requisito:** Licenciatura em Pedagogia;
- s) **Área:** PESCA. **Pré-Requisito:** Graduação em Engenharia de Pesca; ou Graduação em Tecnologia em Produção Pesqueira; ou Graduação em Tecnologia em Aquicultura.
- t) **Área:** PSICOLOGIA. **Pré-Requisito:** Graduação em Psicologia;
- u) **Área:** QUÍMICA. **Pré-Requisito:** Licenciatura em Química; ou Licenciatura em Ciências da Natureza com Habilitação em Química; ou Licenciatura em Ciências com Habilitação em Química;
- v) **Área:** ZOOTECNIA. **Pré-Requisito:** Graduação em Zootecnia.

2.4 DA REMUNERAÇÃO

2.4.1 A remuneração será a constante da tabela de vencimentos do Plano de Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, nas Classes e Níveis Iniciais, obedecendo a tabela abaixo:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

DEDICAÇÃO EXCLUSIVA (DE)				
CLASS E/ NÍVEL	TITULAÇÃO	VENCIMENTO BÁSICO	RETRIBUIÇÃO POR TITULAÇÃO	TOTAL DA REMUNERAÇÃO
D I – 1	Graduação	R\$ 4.234,77	-	R\$ 4.234,77
D I – 1	Aperfeiçoamento	R\$ 4.234,77	R\$ 372,39	R\$ 4.607,16
D I – 1	Especialização	R\$ 4.234,77	R\$ 650,76	R\$ 4.885,53
D I – 1	Mestrado	R\$ 4.234,77	R\$ 2.038,24	R\$ 6.273,01
D I – 1	Doutorado	R\$ 4.234,77	R\$ 4.879,90	R\$ 9.114,67

REGIME PARCIAL 20 HORAS				
CLASS E/ NÍVEL	TITULAÇÃO	VENCIMENTO BÁSICO	RETRIBUIÇÃO POR TITULAÇÃO	TOTAL DA REMUNERAÇÃO
D I – 1	Graduação	R\$ 4.234,77	-	R\$ 4.234,77
D I – 1	Aperfeiçoamento	R\$ 4.234,77	R\$ 372,39	R\$ 4.607,16
D I – 1	Especialização	R\$ 4.234,77	R\$ 650,76	R\$ 4.885,53
D I – 1	Mestrado	R\$ 4.234,77	R\$ 2.038,24	R\$ 6.273,01
D I – 1	Doutorado	R\$ 4.234,77	R\$ 4.879,90	R\$ 9.114,67

2.4.2 Poderá compor, também, a remuneração do servidor pertencente à Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, a Retribuição por Titulação conforme título de qualificação (aperfeiçoamento, pós-graduação *lato sensu* e *strictosensu* ou Reconhecimento de Saberes e Competências-RSC) e verbas indenizatórias, tais como: Auxílio Alimentação, Auxílio Transporte, Ressarcimento à Saúde Suplementar, Auxílio Pré-Escolar, dentre outras, conforme requerimento do servidor e obedecendo a legislação específica.

2.5 DO REGIME DE TRABALHO

2.5.10 Regime de Trabalho será de 40 (quarenta) horas semanais, em tempo integral, com dedicação exclusiva, ou 20 horas semanais, em tempo parcial, conforme Quadro de vagas constante no subitem 2.1.

2.5.2 No ato da posse, o candidato aprovado em regime de quarenta horas semanais com dedicação exclusiva deverá firmar compromisso de não exercer outra atividade remunerada, pública ou privada, conforme disposto no parágrafo 2º, do artigo 20, da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012.

3 DAS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS CONSIDERADOS PESSOA COM DEFICIÊNCIA

3.1 Em obediência ao disposto no § 2º, do artigo 5º, da Lei nº 8.112/1990, e na forma do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, serão destinadas às pessoas com deficiência, no mínimo, 5% (cinco cento) das vagas por cargos/áreas previstos neste



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

Edital, observada a exigência da compatibilidade entre a deficiência e as atribuições do cargo, a ser aferida em perícia médica oficial quando dos exames pré-admissionais.

3.1.1 Considera-se pessoa com deficiência aquela que se enquadrar nas categorias descritas no Art. 4º do Decreto nº 3.298/1990.

3.1.2 Somente haverá reserva imediata de vagas para os candidatos com deficiência nos cargos com número de vagas igual ou superior a 5 (cinco).

3.1.3 Caso a aplicação do percentual de que trata o item 3.1 resulte em número fracionado, esse deverá ser elevado até o primeiro inteiro subsequente, desde que não ultrapasse a 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas por área de atuação.

3.1.4 Para os cargos/área cujo número de vagas disponibilizadas é inferior a 05 (cinco), não será possível a reserva imediata de vaga para candidatos portadores de deficiência, uma vez que fica inviabilizada a aplicação do percentual estabelecido no artigo 5º da Lei nº 8.112, de 1990, em consonância com o Acórdão do STF no Mandado de Segurança nº 26.310-5/Relator Ministro Marco Aurélio de Mello.

3.1.5 Na hipótese de novas vagas dentro do prazo de validade do presente Concurso Público e sendo possível a aplicação do percentual a que se refere o artigo 5º da Lei nº 8.112, de 1990, e em havendo candidato considerado pessoa com deficiência habilitado, o mesmo será convocado para manifestar sobre a contratação.

3.1.5.1 Com exceção das vagas destacadas no Item 2, somente haverá nomeação de candidatos na condição de pessoa com deficiência se houver acréscimo de cargos no âmbito da IFAC durante a validade do concurso, não sendo considerada a vacância de servidores ativos como criação de cargo, e sim reposição de cargo vago.

3.2 O candidato que se declarar pessoa com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto nº 3.298/1999, particularmente em seu artigo 40, participará do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos no que concerne ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação das provas, e à nota mínima exigida para os demais candidatos.

3.3 Na hipótese do não preenchimento das vagas destinadas às pessoas com deficiências, por reprovação ou por não atender aos requisitos estabelecidos neste Edital, essas vagas serão utilizadas pelos demais candidatos de ampla concorrência, respeitada rigorosamente a classificação, de acordo com o § 1º, do artigo 37, do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

4 DAS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS AUTODECLARADOS PRETOS OU PARDOS

4.1 Das vagas destinadas a cada cargo/área/especialidade e das que vierem a surgir durante o prazo de validade do concurso, 20% serão providas na forma da Lei nº 12.990, de 9/6/2014.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

4.1.1 A reserva de vagas de que trata o item 4.1 será aplicada sempre que o número de vagas oferecidas no Concurso Público for igual ou superior a 3 (três).

4.2 Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem 4.4.1 deste edital resulte em número fracionado, este será elevado até o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5 ou diminuído para o número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 nos termos do §2º da Lei nº 12.990, de 9/6/2014.

4.3 Na hipótese do não preenchimento das vagas destinadas aos candidatos autodeclarados pretos ou pardos, por reprovação ou por não atender aos requisitos estabelecidos neste Edital, essas vagas serão utilizadas pelos demais candidatos de ampla concorrência.

5 DO PREENCHIMENTO DAS VAGAS

5.1 Observados os critérios de alternância e proporcionalidade, aplicando-se os dispositivos da legislação citada, com o surgimento de novas vagas, elas serão distribuídas conforme tabela exemplificativa abaixo:

Vaga ser preenchida	Candidato a ser convocado	Lista
1ª	1º colocado na classificação geral do cargo, ou se houver desistência, o próximo candidato melhor classificado que aceite a nomeação.	Ampla concorrência
2ª	Próximo candidato melhor classificado na listagem geral que aceite a nomeação.	Ampla concorrência
3ª	1º colocado dentre os classificados para 20% de vagas reservadas para os candidatos que se autodeclararam pretos ou pardos, ou se houver desistência o próximo candidato melhor classificado que aceite a nomeação.	Autodeclarado preto ou pardo.
4ª	Próximo candidato melhor classificado na listagem geral que aceite a nomeação.	Ampla concorrência
5ª	1º colocado dentre os classificados para 5% de vagas reservadas para pessoas com deficiência, ou se houver desistência, o próximo candidato que aceite a nomeação.	Pessoa com Deficiência
6ª	Próximo candidato melhor classificado na listagem geral que aceite a nomeação.	Ampla concorrência
7ª	Próximo candidato melhor classificado na listagem geral que aceite a nomeação.	Ampla concorrência
8ª	Próximo candidato melhor classificado dentre os classificados para 20% de vagas reservadas para os candidatos que se autodeclararam pretos ou pardos, ou se houver desistência o próximo	Autodeclarado preto ou pardo.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

	candidato melhor classificado que aceite a nomeação.	
--	--	--

5.2 Aplicam-se os critérios de alternância para as vagas dentro da mesma área/cargo.

6 DAS INSCRIÇÕES

6.1 As inscrições serão realizadas, EXCLUSIVAMENTE via internet, de acordo com o cronograma publicado no Anexo I deste Edital, disponível nos endereços eletrônicos <<http://institutobrasil.net.br/>> e <www.ifac.edu.br> a partir de 06 de setembro de 2016.

6.1.1 Não serão aceitas inscrições condicionadas ou extemporâneas, por fac-símile (fax), correio eletrônico (e-mail), via postal ou em local ou forma diferente do indicado neste Edital.

6.2 Cada candidato poderá concorrer apenas para uma das vagas do concurso de que trata o presente Edital.

6.2.1 Caso, quando do processamento das inscrições, seja verificada a existência de mais de uma inscrição efetivada (por meio de pagamento ou isenção da taxa) por um mesmo candidato para um mesmo cargo, somente será considerada válida e homologada aquela que tiver sido realizada por último, sendo esta identificada pelo sistema de inscrições online da Empresa INSTITUTO BRASIL pela data e hora de envio do requerimento via internet. Conseqüentemente, as demais inscrições do candidato serão automaticamente canceladas, não cabendo reclamações posteriores nesse sentido, nem mesmo quanto à restituição do valor pago a título de taxa de inscrição.

6.3 O valor da taxa de inscrição será de **R\$ 105,00** (cento e cinco reais).

6.3.1 O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, salvo em caso de cancelamento do concurso por conveniência da Administração Pública.

6.4 Os comprovantes de inscrição e de pagamento da taxa de inscrição deverão ser mantidos em poder do candidato e apresentados quando solicitado.

6.5 Os candidatos que não têm acesso à Internet poderão procurar as sedes dos *campi* do IFAC, munidos dos documentos necessários, onde haverá computador conectado à internet à disposição dos candidatos para a realização da inscrição.

6.6 Após a homologação da inscrição, não será aceita, em hipótese alguma, solicitação de alteração dos dados contidos na inscrição, salvo nos casos previstos nos item 6.7.

6.7 DAS INSCRIÇÕES PARA VAGAS RESERVADAS PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

6.7.1 Para concorrer a uma das vagas reservadas, o candidato deverá preencher e imprimir o Requerimento de Reserva de Vagas, disponibilizado no Anexo II deste Edital e nos endereços eletrônicos <<http://institutobrasil.net.br/>> ou <www.ifac.edu.br>, indicando o tipo de deficiência.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

6.7.2 O candidato na condição de pessoa com deficiência deverá declarar, no ato da inscrição, no campo próprio, o tipo de deficiência, o código correspondente ao da Classificação Internacional de Doença – CID, de acordo com o inciso IV, do art. 39 do Decreto Federal nº 3.298/99, e solicitar ainda, caso mandatário, a necessidade de condições especiais para se submeter às provas.

6.7.3 O Requerimento de Reserva de Vagas deverá ser encaminhado via Sedex, para a Empresa INSTITUTO BRASIL, estabelecida na Rua Dr. Sandino Erasmo de Amorim, 1395, Jardim Maria Luiza, Cascavel – PR, CEP 85.819-690, com data de postagem até o ÚLTIMO DIA DE INSCRIÇÃO constante no cronograma do Edital, acompanhado de cópia do CPF e laudo médico (original ou cópia autenticada), emitido nos últimos doze meses, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), por sua inteira responsabilidade.

6.7.3.1 Somente serão aceitos laudos e pareceres de profissionais de saúde especializados na área de deficiência do candidato e desde que tais profissões sejam regulamentadas.

6.7.4 O fornecimento do laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) e a cópia simples do CPF, por qualquer via, é de responsabilidade exclusiva do candidato. A Empresa INSTITUTO BRASIL e o IFAC não se responsabilizam por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada dessa documentação a seu destino.

6.7.5 O laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) e a cópia simples do CPF terão validade somente para este concurso público e não serão devolvidos nem aproveitados por ocasião da realização da perícia médica, assim como não serão fornecidas cópias dessa documentação.

6.7.6 Após a investidura do candidato, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de aposentadoria ou de adaptação em outro cargo, salvo as hipóteses excepcionais de agravamento imprevisível da deficiência que impossibilitem a permanência do servidor em atividade.

6.7.7 O candidato na condição de pessoa com deficiência aprovado e convocado para fim de nomeação para a função, durante o período de experiência poderá ser submetido à avaliação por equipe multiprofissional, em conformidade com o § 2º, do artigo 43, do Decreto Federal nº 3.298/99, que bem identificará a compatibilidade entre as atribuições da função e a deficiência apresentada.

6.7.8 A relação provisória dos candidatos que tiveram a inscrição deferida ou indeferida para concorrer na condição de pessoa com deficiência será divulgada nos endereços eletrônicos <<http://institutobrasil.net.br/>> e <www.ifac.edu.br>, na data estipulada no cronograma (Anexo I) deste Edital.

6.7.9 O prazo para recurso constará no cronograma (Anexo I) deste Edital.

6.7.10 A relação final dos candidatos que tiveram a inscrição deferida para concorrer na condição de pessoa com deficiência será divulgada nos endereços eletrônicos <<http://institutobrasil.net.br/>> e <www.ifac.edu.br>, na ocasião publicação do Edital Complementar de homologação das inscrições.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

6.7.11 O candidato que não for qualificado como pessoa com deficiência terá direito a concorrer à vaga de ampla concorrência.

6.7.12 Os candidatos aprovados na condição de pessoa com deficiência serão convocados para se submeter à Perícia Médica Oficial, respeitada a legislação, por meio de edital de convocação específico antes da homologação do resultado final do concurso.

6.7.13 As demais informações a respeito da Perícia Médica constarão no Edital Complementar de convocação específico para essa etapa.

6.8 DAS INSCRIÇÕES PARA OS CANDIDATOS AUTODECLARANTES PRETOS OU PARDOS

6.8.1 Poderão concorrer às vagas reservadas para negros àqueles candidatos que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição no concurso público, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

6.8.2 O candidato deverá preencher a Autodeclaração (Anexo III) deste Edital e enviar para o e-mail <contato@institutobrasil.net.br> dentro do prazo estabelecido para as inscrições.

6.8.2.1 A autodeclaração terá validade somente para este concurso público.

6.8.2.2 O candidato deverá solicitar a confirmação do recebimento do e-mail, que servirá como protocolo de envio. O IFAC e a Empresa INSTITUTO BRASIL não se responsabilizam por e-mail não recebidos ou falha na transmissão de dados através da rede mundial de computadores (Internet).

6.8.3 As informações prestadas, no momento da inscrição, são de inteira responsabilidade do candidato devendo este responder por qualquer falsidade.

6.8.4 Presumir-se-ão verdadeiras as informações prestadas pelo candidato no ato da inscrição do certame, sem prejuízo da apuração das responsabilidades administrativa, civil e penal na hipótese de constatação de declaração falsa.

6.8.5 Comprovando-se a falsidade da declaração, o candidato será eliminado do concurso e, se tiver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua nomeação, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

6.8.6 Os candidatos autodeclarados pretos ou pardos concorrerão, concomitantemente, às vagas a eles reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no concurso.

6.8.7 Além das vagas de que trata o item 2 deste edital, os candidatos autodeclarados pretos ou pardos poderão optar por concorrer às vagas reservadas à pessoas com deficiência, se atenderem a essa condição, observado os critérios e procedimentos do item 6.7, de acordo com a sua classificação no concurso.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

6.8.8 Os candidatos autodeclarados pretos ou pardos aprovados para as vagas a eles destinadas e às reservadas às pessoas com deficiência, convocados concomitantemente para o provimento dos cargos, deverão manifestar opção por uma delas.

6.8.9 Os candidatos autodeclarados pretos ou pardos aprovados dentro do número de vagas ofertadas para ampla concorrência não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas a candidatos autodeclarados pretos ou pardos.

6.8.10 Na hipótese de que trata os subitens 6.8.6 e 6.8.8 deste Edital, caso os candidatos não se manifestem previamente, serão nomeados dentro das vagas destinadas aos autodeclarados pretos ou pardos.

6.8.11 Na hipótese de o candidato aprovado, tanto na condição de autodeclarado preto ou pardo quanto na de deficiente, ser convocado para o provimento de vaga destinada a candidato autodeclarado preto ou pardo, ou optar por esta na hipótese do subitem 6.8.8 deste Edital, fará jus aos mesmos direitos e benefícios assegurados ao servidor com deficiência.

6.8.12 Em caso de desistência de candidato autodeclarado preto ou pardo aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato autodeclarado preto ou pardo posteriormente classificado.

6.8.13 A relação dos candidatos que se autodeclararam pretos ou pardos, na forma da Lei nº 12.990, de 9/6/2014, será divulgada nos endereços eletrônicos <<http://institutobrasil.net.br/>> e <www.ifac.edu.br>, na data provável constante no cronograma (Anexo I) deste Edital.

6.8.14 O candidato poderá alterar a opção para concorrer às vagas reservadas aos autodeclarados pretos ou pardos, através de Requerimento de Recurso (Anexo IV) assinado, digitalizado e enviado para <contato@institutobrasil.net.br>, conforme prazo estabelecido no cronograma (Anexo I) deste Edital. Após esse período, não serão aceitos pedidos de revisão.

6.9 Os candidatos que se autodeclararam pretos ou pardos no momento da inscrição, conforme subitem 6.8, para concorrer às possíveis vagas reservadas e que no Resultado Final estiverem entre os 5 (cinco) primeiros colocados dentro desse grupo seletivo, por cargo/área, serão convocados para entrevista, presencial e obrigatória, que será realizada pela Comissão Especial de Verificação, para aferir a veracidade da autodeclaração.

6.9.1 A data e o local das entrevistas serão divulgados em Edital Complementar convocatório para este fim.

6.9.2 A aferição será realizada por Comissão designada, composta por membros distribuídos por gênero, cor e, preferencialmente, naturalidade.

6.9.2.1 A comissão, com competência deliberativa, será formada por três membros e nomeada por meio de portaria da Reitora do IFAC, que será publicada nos endereços eletrônicos <<http://institutobrasil.net.br/>> e <www.ifac.edu.br>.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

6.9.3 As entrevistas ocorrerão no município de Rio Branco de acordo com a ordem alfabética dos candidatos convocados.

6.9.3.1 Antes da entrevista, o candidato será fotografado e irá assinar um documento de autodeclaração, conforme o quesito cor ou raça utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

6.9.3.2 Para verificação, na entrevista, serão considerados unicamente os aspectos fenotípicos do candidato, sendo vedado qualquer outro critério.

6.9.3.2.1 Para ser considerado preto ou pardo basta que um dos membros da comissão o reconheça como tal.

6.9.3.3 Quando solicitado, o candidato deverá prestar informações pessoais à comissão.

6.9.3.4 As entrevistas serão filmadas, para efeito de registro e avaliação, mediante autorização expressa do candidato.

6.9.3.5 O candidato não será considerado preto ou pardo e encaminhado a concorrer às vagas de ampla concorrência, quando:

- a) se recusar a assinar o documento de autodeclaração;
- b) se recusar a seguir as orientações da comissão;
- c) se recusar a ser fotografado ou filmado;
- d) não comparecer à entrevista;
- e) a comissão, por unanimidade, não o considerar preto ou pardo.

6.9.3.5.1 Será divulgado em data constante no cronograma (Anexo I) deste Edital, o resultado parcial das entrevistas para aferição das autodeclarações.

6.9.3.5.2 A interposição de recurso contra o parecer da comissão deverá ser realizada de acordo com o cronograma (Anexo I) deste Edital.

6.9.3.5.3 A divulgação do resultado final ocorrerá conforme estabelecido no cronograma (Anexo I) deste Edital.

6.10 Caso o candidato opte por desistir de concorrer às vagas reservadas, ele deverá enviar para o e-mail <contato@institutobrasil.net.br>, o Termo de Desistência (Anexo VII), escaneado em formato .pdf, disponível no site <<http://institutobrasil.net.br/>> e <www.ifac.edu.br>, até 2 (dois) dias antes da data marcada para a entrevista. Sendo assim, ele estará dispensado da entrevista e concorrerá somente na ampla concorrência.

7 DA ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

7.1 Não haverá isenção total ou parcial do valor da taxa de inscrição, exceto para os candidatos amparados pelo Decreto nº 6.593, de 2 de outubro de 2008, publicado no Diário Oficial da União de 3 de outubro de 2008.

7.2 De acordo com o Decreto n.º 6.593, de 2 de outubro de 2008, **estará isento do pagamento da taxa de inscrição o candidato que:**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

- a) Estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), de que trata o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007; e
- b) For membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto n.º 6.135, de 26 de junho 2007.

7.3 A isenção deverá ser solicitada mediante preenchimento e envio do formulário Requerimento de Isenção da Taxa de Inscrição (Anexo V) do Edital.

7.4 O envio do Requerimento será eletrônico através do e-mail <contato@institutobrasil.net.br>, com data de envio somente no período constante no cronograma (Anexo I) deste Edital. O candidato deverá preencher o requerimento, assinar e digitalizar o mesmo para envio. Requerimento enviado fora do prazo não será avaliado.

7.4.1 O candidato deverá solicitar a confirmação do recebimento do e-mail, que servirá como protocolo de envio. A Empresa INSTITUTO BRASIL e o IFAC não se responsabilizam por e-mail não recebidos ou falha na transmissão de dados através da rede mundial de computadores (Internet).

7.5 Todos os itens do requerimento deverão ser preenchidos, sob pena de seu indeferimento.

7.6 A Empresa INSTITUTO BRASIL consultará o órgão gestor do CadÚnico para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato.

7.7 As informações prestadas no requerimento de isenção serão de inteira responsabilidade do candidato, o qual poderá responder, a qualquer momento, por crime contra a fé pública, o que acarretará na sua eliminação do concurso, aplicando-se ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 83.936, de 6/9/1979.

7.8 Não será concedida isenção de pagamento de taxa de inscrição ao candidato que:

- a) Omitir informações e/ou torná-las inverídicas;
- b) Fraudar e/ou falsificar documentação;
- c) Não observar a forma e o prazo estabelecidos neste Edital.

7.9 A relação dos pedidos de isenção deferidos será divulgada na data constante no cronograma (Anexo I) deste Edital, nos endereços eletrônicos <<http://institutobrasil.net.br/>> e <www.ifac.edu.br>.

7.10 O candidato que tiver seu pedido de isenção indeferido poderá obter a GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO referente a sua inscrição nos endereços eletrônicos <<http://institutobrasil.net.br/>> e <www.ifac.edu.br> até o último dia de inscrição constante no cronograma (Anexo I) deste Edital.

8 DOS PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÃO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

8.1 O candidato deverá acessar os endereços eletrônicos <<http://institutobrasil.net.br/>> ou <www.ifac.edu.br>, ler atentamente o Edital, as instruções disponíveis e preencher integral e corretamente a Ficha de Inscrição.

8.2 Após a conferência dos dados, o candidato deverá clicar em finalizar a inscrição, imprimir o comprovante de inscrição e a GRU - Guia de Recolhimento da União, a qual deverá ser paga nas agências do Banco do Brasil S.A.

8.3 O valor da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, salvo em caso de cancelamento do certame por conveniência da Administração Pública.

8.4 A segunda via do comprovante de inscrição e a GRU serão enviados no e-mail do candidato ou poderão ser emitidas no site www.institutobrasil.net.br.

8.5 Depois de confirmados e transmitidos os dados cadastrados pelo candidato no Requerimento Eletrônico de Inscrição, não serão aceitos:

- a) Alteração no cargo/área de atuação indicado pelo candidato no Requerimento Eletrônico de Inscrição.
- b) Transferências de inscrições do valor de inscrição entre pessoas.
- c) Transferências de pagamentos de inscrição entre pessoas.
- d) Alteração da inscrição do concorrente na condição de candidato da ampla concorrência para a condição de pessoa com deficiência.
- e) Alteração da cidade para realização da Prova Objetiva de Múltipla Escolha.

8.6 O preenchimento incorreto da inscrição pelo candidato impossibilitará a efetivação de sua inscrição.

8.7 O preenchimento correto da inscrição é de inteira responsabilidade do candidato.

8.8 Empresa INSTITUTO BRASIL e o IFAC não se responsabilizam por e-mails não enviados por motivo de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação e de outros fatores que impossibilitem o envio de dados.

8.9 DO DEFERIMENTO DA INSCRIÇÃO

8.9.1 A partir da data definida no cronograma (Anexo I) deste Edital, será publicada nos endereços eletrônicos <<http://institutobrasil.net.br/>> e <www.ifac.edu.br> a relação das inscrições homologadas.

8.9.2 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação e confirmar a homologação de sua inscrição.

8.9.3 A inscrição será homologada somente se:

- a) o candidato tiver completado todo o processo de inscrição, obtido o número de inscrição até a data limite para inscrição; e





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

b) efetuado o pagamento da Taxa de Inscrição, até a data limite de pagamento, com os campos obrigatórios devidamente preenchidos.

8.9.4 Não serão homologadas as inscrições cuja data de pagamento da taxa de inscrição for posterior à data limite de pagamento, o que não ensejará a devolução da taxa de inscrição.

8.9.5 Não será aceito, em hipótese alguma, o recolhimento da Taxa de Inscrição pelas seguintes opções:

- a) agendamento de pagamento de título de cobrança;
- b) pagamento de conta por envelope;
- c) transferência eletrônica;
- d) DOC e DOC eletrônico;
- e) cheque e cartão de crédito ou débito;
- f) ordem de pagamento e depósito comum em conta corrente ou qualquer outra forma diferente da prevista neste Edital.

8.9.6 As inscrições somente serão homologadas após a comprovação de pagamento da taxa de inscrição, **EXCLUSIVAMENTE** através de GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO, não sendo aceita qualquer outra forma de pagamento.

8.9.7 A Empresa INSTITUTO BRASIL e o IFAC não se responsabilizam por inscrições não concluídas e/ou não recebidas por motivo de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação e de outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

8.9.8 É de exclusiva responsabilidade do candidato a informação dos dados cadastrais exigidos no ato de inscrição, sob as penas da lei, pressupondo-se que, no referido ato, o mesmo tem conhecimento pleno do presente Edital e ciência de que preenche todos os requisitos.

8.9.9 A confirmação da Inscrição do Candidato será por meio da publicação do Edital Complementar de Inscrições Homologadas que estará disponível nos endereços eletrônicos <<http://institutobrasil.net.br/>> e <www.ifac.edu.br> conforme cronograma (Anexo I) deste Edital, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a consulta a esse documento.

8.9.10 O candidato que, tendo cumprido todos os prazos e as exigências necessárias para sua inscrição, cujo nome não constar do Edital Complementar de Inscrições Homologadas ou tiver sua inscrição indeferida, deverá protocolar junto à Empresa INSTITUTO BRASIL, usando o Requerimento de Recurso (Anexo IV), deste Edital, o qual deve ser enviado para <contato@institutobrasil.net.br> no prazo constante no



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

cronograma (Anexo I) deste Edital, pedido de revisão da sua inscrição, anexando ao requerimento cópia do comprovante de pagamento da GRU.

8.9.11 O resultado da solicitação de Revisão de Inscrição no Concurso será divulgado na data constante no cronograma (Anexo I) deste Edital, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a consulta a esse documento.

8.9.12 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar o deferimento ou indeferimento do pedido de revisão da sua inscrição nos endereços eletrônicos <<http://institutobrasil.net.br/>> ou <www.ifac.edu.br>.

8.9.13 Efetuada a inscrição, não serão aceitos quaisquer pedidos de alterações.

8.9.14 É vedada a transferência do valor pago, a título de taxa, para terceiros, para outra inscrição ou para outro concurso.

8.9.15 A qualquer tempo, mesmo após o término das etapas do processo de seleção, poder-se-á anular a inscrição, as provas e a nomeação do candidato, desde que verificada a falsidade em qualquer declaração e/ou irregularidade nas provas e/ou em informações fornecidas.

8.9.16 O candidato que cometer, no ato da inscrição, erro grosseiro na digitação de seu nome ou apresentar documento de identificação que não conste na ficha de cadastro do Concurso será eliminado do certame, a qualquer tempo.

8.10 DA SOLICITAÇÃO DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

8.10.1 O candidato que necessitar de condições especiais para a realização das provas deverá, obrigatoriamente, solicitar no momento da inscrição, preenchendo o ANEXO II e enviando ao INSTITUTO BRASIL no e-mail contato@institutobrasil.net.br.

8.10.2 O candidato que não especificar e/ou informar a necessidade de atendimento especial de forma clara e compreensível não poderá em nenhuma hipótese solicitá-la no dia da prova.

8.10.3 O candidato que solicitar condições especiais para a realização das provas deverá acompanhar pelos endereços eletrônicos <<http://institutobrasil.net.br/>> ou <www.ifac.edu.br> o deferimento de sua solicitação.

8.10.4 O pedido de atendimento diferenciado será atendido, obedecendo à previsão legal e aos critérios de viabilidade e razoabilidade.

8.10.5 Para solicitar atendimento especial o candidato deverá preencher e imprimir o Requerimento de Reserva de Vagas (Anexo II) deste Edital e localizado nos endereços eletrônicos <<http://institutobrasil.net.br/>> e <www.ifac.edu.br>, indicando o tipo de deficiência, com a devida solicitação do acompanhamento para realizar a prova com tradutor/intérprete em Libras, com a tradução dos enunciados dos testes para Libras, seja por meio de profissionais compatíveis, em quantidades suficientes e que atendam à atividade, seja mediante vídeo ou outra tecnologia análoga (para candidatos surdos), leitor ou a confecção da prova ampliada (para cegos ou amblíopes), e de tempo adicional de 1 (uma) hora para a realização da prova, com justificativa acompanhada de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

parecer emitido por especialista na área da deficiência, para o candidato cuja deficiência comprovadamente assim o exigir.

8.10.6 Encaminhar via Sedex, o laudo para a Empresa INSTITUTO BRASIL, estabelecida na Rua Dr. Sandino Erasmo de Amorim, 1395, Jardim Maria Luiza, Cascavel – PR, CEP 85.819-690, com data de postagem até o ÚLTIMO DIA DE INSCRIÇÃO, constante no cronograma (Anexo I) deste Edital, o Requerimento de Reserva de Vagas (Anexo II), devidamente preenchido, cópia do CPF e laudo médico (original ou cópia autenticada), emitido nos últimos doze meses, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), por sua inteira responsabilidade.

8.10.7 A concessão de tempo adicional para a realização das provas somente será deferida caso tal recomendação seja decorrente de orientação médica específica contida no laudo médico enviado pelo candidato ou em parecer emitido por profissional de saúde.

8.10.7.1 Em nome da isonomia entre candidatos, por padrão, será concedida 1 (uma) hora a mais para os candidatos nesta situação.

8.10.8 Somente serão aceitos laudos e pareceres de profissionais de saúde especializados na área de deficiência do candidato e desde que tais profissões sejam regulamentadas.

8.10.9 O candidato com deficiência visual (amblíope) que necessitar de prova ampliada ou que depender de instrumentos específicos para leitura das instruções e questões das provas deverá informar a especialidade e/ou tamanho da letra (fonte) no ato da inscrição, no campo próprio, de acordo com o § 1º, do art. 40, do Decreto Federal nº 3.298/99.

8.10.10 Ao candidato deficiente visual que não informar o tamanho da letra (fonte) será disponibilizado o caderno de questões na letra (fonte) tamanho 16 (dezesseis).

8.10.11 O deficiente visual cego total deverá indicar sua condição, informando no requerimento de inscrição a necessidade de realizar a prova em braile ou com auxílio de leitor.

8.10.12 As provas ampliadas ou em braile ou com auxílio de leitor, quando solicitadas, serão disponibilizadas sem custo ao candidato.

8.10.13 O candidato com dificuldade de locomoção deverá indicar sua condição, informando no requerimento de inscrição se utiliza cadeira de rodas ou se necessita de local de fácil acesso.

8.10.14 A candidata lactante que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, deverá informar essa necessidade no campo próprio, no ato da inscrição.

8.10.14.1 A criança deverá estar acompanhada de adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro), que aguardará em sala de espera, separada, destinada para este fim.



Reitoria

Reitoria - Anexo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

8.10.14.2 Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de uma fiscal. Contudo, nesse caso, o tempo de prova não será estendido.

8.10.14.3 No momento da amamentação, ficarão presentes somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada a permanência de quaisquer outras pessoas.

9 - DAS FASES DO CONCURSO PÚBLICO

9.1 O concurso público será constituído das seguintes fases:

- a) Prova Objetiva;
- b) Prova de Desempenho Didático;
- c) Prova de Títulos.

9.1.1 As etapas do concurso, bem como a data das provas, estão discriminadas no cronograma estabelecido no Anexo I deste Edital, disponível nos endereços eletrônicos <<http://institutobrasil.net.br/>> e <www.ifac.edu.br> a partir de 05 de setembro de 2016.

9.2 DAS PROVAS

9.2.1 DA PROVA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA

9.2.1.1 A Prova Objetiva de múltipla escolha, de caráter eliminatório e classificatório, conterà 50 (cinquenta) questões objetivas das áreas de conhecimento, conforme estabelecido no quadro de provas.

9.2.1.2 Cada questão apresentará 5 (cinco) alternativas (A, B, C, D e E), das quais haverá uma única resposta correta.

9.2.1.3 Os Conteúdos Programáticos das provas constarão no Anexo VI, deste Edital, disponível nos endereços eletrônicos <<http://institutobrasil.net.br/>> e <www.ifac.edu.br> a partir de 05 de setembro de 2016.

9.2.1.4 O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento da folha de respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital e na folha de respostas. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta por motivo de erro do candidato.

9.2.1.5 Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido da folha de respostas. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com este Edital e/ou com as instruções contidas no cartão-resposta tais como, marcação rasurada ou emendada ou campo de marcação não preenchido, integralmente, ainda que legível.

9.2.1.6 O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar a sua folha de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização do processamento eletrônico desta.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

9.2.1.7 O candidato é responsável pela conferência de seus dados pessoais, em especial seu nome, seu número de inscrição e o número de seu documento de identidade.

9.2.1.8 A prova objetiva valerá de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, devendo o candidato obter, no mínimo, 50 (cinquenta) pontos e **NÃO ZERAR EM NENHUMA DISCIPLINA** (Língua Portuguesa, Raciocínio Lógico, Informática, Legislação, Conhecimentos Específicos e Didática) constante do quadro de provas.

9.2.1.9 Para a Prova Objetiva será atribuído o seguinte resultado:

a) **APROVADO**: o candidato alcançou o mínimo de 50% (cinquenta por cento) da pontuação total da Prova Objetiva e não zerou (acertou, no mínimo, uma questão) em quaisquer das áreas de conhecimento.

b) **REPROVADO**: o candidato não alcançou o mínimo de 50% (cinquenta por cento) da pontuação total da Prova Objetiva e/ou zerou (não acertou nenhuma questão) em uma ou mais das áreas de conhecimento.

c) **AUSENTE**: o candidato não compareceu para realizar a Prova Objetiva.

9.2.1.10 A pontuação relativa à(s) questão(ões) eventualmente anulada(s) será atribuída a todos os candidatos, da respectiva área, que realizaram a prova.

9.2.1.11 A pontuação total obtida na Prova Objetiva pelo candidato será divulgada nos endereços eletrônicos <<http://institutobrasil.net.br/>> e <www.ifac.edu.br>.

9.2.1.12 QUADRO DE PROVAS E PONTUAÇÃO

ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	PESO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Língua Portuguesa	10	2	20
Raciocínio Lógico	5	1	5
Informática	5	1	5
Legislação	10	1	10
Conhecimentos Específicos	10	3	30
Didática	10	3	30
TOTAL	50		100

9.3 DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS

9.3.1 A Prova Objetiva será realizada nos municípios de **Cruzeiro do Sul** e **Rio Branco**, em data definida no cronograma (Anexo I) deste Edital.

9.3.1.1 A data poderá ser alterada por necessidade da Administração.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

9.3.2 Só será permitida a realização da prova em data, local e horário estabelecidos.

9.3.3 As provas terão duração máxima de 4 (quatro) horas, incluso o tempo para preenchimento do cartão-resposta.

9.3.3.1 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para aplicação das provas em razão do afastamento do candidato da sala de provas, mesmo quando no caso previsto no item 8.10.14.2, ressalvado o previsto no item 8.10.7.

9.3.4 O candidato deverá comparecer ao local determinado para realização das provas munido do original de documento oficial de identificação recente com foto e de caneta esferográfica de tinta preta ou azul, de corpo transparente.

9.3.4.1 Só será permitida a realização das provas ao candidato que apresentar ao fiscal de sala o original de um dos seguintes documentos de identificação: Cédula de Identidade (RG), ou Carteira de Órgão ou Conselho de Classe ou Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou Certificado Militar ou Carteira Nacional de Habilitação ou Passaporte, **DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE**, e que permita, com clareza, a sua identificação.

9.3.4.2 Não será permitido em qualquer circunstância o uso de borrachas, apontadores, marca-textos, corretivos, lápis ou material equivalentes.

9.3.4.3 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar no dia de realização das provas documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá entregar uma cópia do documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido em, no máximo, trinta dias, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados, de assinaturas e de impressão digital.

9.3.4.4 Como nenhum documento ficará retido, não serão aceitos protocolos, cópias dos documentos citados, ainda que autenticadas, ou quaisquer outros documentos diferentes dos anteriormente definidos, inclusive carteira funcional de ordem pública ou privada.

9.3.5 Recomenda-se que o candidato compareça ao local, no mínimo, 60 (sessenta) minutos antes da hora marcada.

9.3.6 Não será permitido o ingresso de candidato no local onde está ocorrendo o concurso após o horário estabelecido, não sendo admitido candidato retardatário, sob pretexto algum, após o fechamento dos portões ou das salas de aplicação de prova.

9.3.6.1 As provas serão aplicadas no **período da MANHÃ**. Os portões serão abertos às **07 horas e fechados, impreterivelmente, às 07h45min (horário oficial do Acre)**. Os locais de realização das provas objetivas serão disponibilizados no Edital Complementar de Homologação das Inscrições, conforme cronograma constante no ANEXO I.

9.3.7 Não haverá segunda chamada para realização das provas sob nenhuma hipótese.

9.3.8 É vedado ao candidato entrar no local onde estará ocorrendo o concurso portando qualquer tipo de arma.

9.3.9 Durante a realização da prova objetiva não será permitida a comunicação entre candidatos, bem como consulta a livros, revistas, folhetos e anotações; o uso de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

calculadoras, ou outros instrumentos de cálculo, máquina fotográfica, gravador ou qualquer outro receptor de mensagens.

9.3.9.1 Não será autorizado o uso de boné, boina, chapéu, gorro, lenço ou qualquer outro acessório que impeça a visão total das orelhas do candidato.

9.3.9.2 Não será permitido, também, o uso de óculos escuros, sendo eliminado do concurso o candidato que descumprir estas determinações.

9.3.10 Não será permitido, ainda, que candidatos, durante o período de permanência no local de prova, façam o uso de objetos eletrônicos (bip, telefone celular, qualquer tipo de relógio, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, ponto eletrônico, etc.) que possibilite a comunicação de informações e dados.

9.3.10.1 Os candidatos que portarem algum dos objetos relacionados no item 9.3.10 deverão:

a) mantê-los desligados; e

b) colocar em envelope apropriado a ser disponibilizado pela Empresa INSTITUTO BRASIL e colocar em local indicado pelo fiscal da sala.

9.3.10.2 O candidato que se recusar a seguir o procedimento descrito no item 9.3.10.1 será retirado da sala de prova e, conseqüentemente, eliminado do concurso.

9.3.10.3 O candidato que for identificado portando um dos aparelhos citados nos itens 9.3.9 e 9.3.10 durante a prova ou nos corredores e banheiros, mesmo que desligados, será eliminado do concurso.

9.3.10.4 Durante todo o tempo em que permanecer no local onde estará ocorrendo o concurso, o candidato deverá manter o celular desligado, sendo permitido ligá-lo somente após ultrapassar o portão de saída do prédio.

9.3.10.5 A Empresa INSTITUTO BRASIL e o IFAC não se responsabilizarão por perdas ou extravios de objetos e/ou equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização da prova, nem por danos a eles causados.

9.3.11 Os candidatos poderão ser submetidos a um sistema de detecção de metal no local onde estará ocorrendo o concurso.

9.3.12 Será ainda excluído deste concurso público o candidato que incorrer nas seguintes situações:

a) Fizer uso de consulta bibliográfica de qualquer espécie;

b) Utilizar equipamento eletrônico de qualquer tipo;

c) Ausentar-se da sala de prova, antes de entregar o seu cartão-resposta, sem o acompanhamento de um fiscal;

d) For surpreendido em comunicação com outros candidatos;

e) Fizer uso do celular, ou mantiver o aparelho ligado durante o tempo em que permanecer no local de prova;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

- f) Utilizar meios ilícitos para a execução da prova;
- g) Não acatar as determinações do Edital do concurso;
- h) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos;
- i) Desacatar o(s) fiscal(is) e/ou membro(s) da equipe de Coordenação;
- j) Fumar no local do concurso, conforme artigo 2º da Lei nº 9.294/96;
- k) Não ASSINAR seu cartão-resposta.

9.3.13 Será atribuída pontuação zero à questão que, no cartão-resposta:

- a) Não apresentar alternativa assinalada;
- b) Apresentar alternativa(s) rasurada(s);
- c) Tiver mais de uma alternativa assinalada;
- d) Estiver assinalada diferente do proposto.

9.3.14 É de exclusiva responsabilidade do candidato ASSINAR e preencher devidamente o cartão-resposta.

9.3.14.1 O candidato deverá ater-se às instruções contidas no Edital, no caderno de questões e no cartão-resposta.

9.3.14.2 Não haverá substituição do cartão-resposta por erro do candidato.

9.3.15 Ao concluir a Prova Objetiva, ou findo o tempo estabelecido para a sua realização, o candidato deverá entregar ao fiscal de sala o cartão-resposta ASSINADO.

9.3.15.1 O candidato que, findo o tempo estabelecido para a realização da Prova Objetiva, se recusar a entregar o seu cartão-resposta será excluído deste concurso.

9.3.16 Período de Sigilo – Os portões somente serão reabertos 1 (uma) hora após o início da prova. Até esse horário, ninguém poderá sair do local do concurso, excetuando-se as pessoas que estiverem executando ou fiscalizando os trabalhos inerentes à realização do concurso.

9.3.16.1 Por motivos de segurança, o candidato poderá se retirar do local de realização das provas somente 1 (uma) hora após o seu início.

9.3.16.2 O candidato poderá levar o caderno de provas somente após 2 (duas) horas do início da realização da prova.

9.3.16.3 Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala onde estará ocorrendo a prova, só poderão sair juntos após o fechamento do envelope contendo os cartões-resposta dos candidatos presentes e ausentes e assinarem no lacre do referido envelope e atestarem em ata que o envelope foi devidamente lacrado.

9.3.17 Depois da assinatura da folha de frequência até a entrega do cartão-resposta ao fiscal, o candidato não poderá ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento de um fiscal.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

9.3.18 O Gabarito Preliminar e o caderno de provas serão publicados nos endereços eletrônicos <<http://institutobrasil.net.br/>> e <www.ifac.edu.br>, até 24 horas após a aplicação da Prova Objetiva.

9.3.19 Após a publicação do resultado preliminar da Prova Objetiva, o cartão-resposta estará disponível no endereço eletrônico <<http://institutobrasil.net.br/>>, na área do candidato.

9.4.DA PROVA DE DESEMPENHO DIDÁTICO

9.4.1 A Prova de Desempenho Didático, de caráter eliminatório e classificatório, será aplicada somente aos candidatos aprovados e classificados na Prova Objetiva, conforme art. 16 do Decreto nº 6.944/2009, conforme quantitativo:

Quantidade de Vagas X Número Máximo de Candidatos Aprovados		
Qtde. de vagas previstas no edital por cargo ou emprego	Número máximo de candidatos aprovados	Número máximo de candidatos para a Prova de Desempenho Didático
1	5	10
2	9	14
3	14	19
4	18	23
5	22	27
6	25	30
7	29	34
8	32	37

9.4.1.1 A Prova de Desempenho Didático será realizada somente no município de Rio Branco/AC.

9.4.1.2 As despesas de locomoção do candidato para o município de Rio Branco dar-se-ão por conta do candidato.

9.4.2 A Prova de Desempenho Didático destina-se a avaliar o candidato quanto ao domínio do assunto e à adequação da sua abordagem metodológica, consistindo de aula a ser ministrada perante uma banca examinadora composta por 03 (três) membros efetivos e 01 (um) suplente, sendo formada por professores habilitados, preferencialmente, 02 (dois) da área para a qual o candidato está concorrendo e 01 (um) da área de didática e metodologia do ensino.

9.4.2.1 Não sendo possível, a formação da banca descrita no item anterior, a mesma poderá ser composta por 02 (dois) da área de didática e metodologia do ensino e 01 (um) da área para a qual o candidato está concorrendo.

9.4.2.2 O sorteio do tema, comum a todos os candidatos para uma mesma área, será realizado na data, horário e local constante no cronograma (Anexo I) deste Edital pela Empresa INSTITUTO BRASIL e a Comissão Central de Concurso, com ou sem a presença dos candidatos.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

9.4.2.3 O resultado do sorteio dos temas será publicado nos endereços eletrônicos <<http://institutobrasil.net.br/>> e <www.ifac.edu.br>.

9.4.3 Os candidatos serão convocados por área, em ordem alfabética, para realizar a Prova de Desempenho Didático.

9.4.3.1 Não haverá segunda chamada ou repetição das provas, seja qual for o motivo alegado.

9.4.4 A Prova de Desempenho Didático será avaliada na escala de 0 (zero) à 100 (cem) pontos, conforme Quadro de Critérios de Avaliação constante no Anexo VIII.

9.4.5 A Prova de Desempenho Didático será realizada conforme cronograma (Anexo I).

9.4.6 Para o candidato que realizar a Prova de Desempenho Didático será atribuído o seguinte resultado:

a) APROVADO: o candidato alcançou o mínimo de 50% (cinquenta por cento) da pontuação total.

b) REPROVADO: o candidato não alcançou o mínimo de 50% (cinquenta por cento) da pontuação total.

c) AUSENTE: o candidato não compareceu para realizar a Prova de Desempenho Didático.

9.4.7 A Prova de Desempenho Didático consistirá de uma aula expositiva de no mínimo 20 (vinte) e no máximo 40 (quarenta) minutos de duração.

9.4.7.1 O candidato deverá comparecer ao local da Prova de Desempenho Didático, no mínimo, 15 (quinze) minutos antes do horário previsto para o início da atividade. O candidato terá uma tolerância máxima de 10 (dez) minutos além do horário estabelecido para o início da atividade, sendo esse tempo contabilizado no tempo total da Prova de Desempenho. Após esse tempo de tolerância, o candidato não poderá realizar a atividade e estará automaticamente eliminado do Concurso Público.

9.4.8 A Empresa INSTITUTO BRASIL disponibilizará aos candidatos somente os seguintes recursos didáticos: quadro (branco), caneta pincel e apagador, ficando sob a responsabilidade do candidato providenciar e instalar quaisquer recursos didáticos adicionais.

9.4.8.1 O tempo de instalação e retirada dos materiais adicionais será computado na duração da Prova de Desempenho de Didático.

9.4.9 A Prova de Desempenho Didático será realizada em sessão pública e gravada em áudio e/ou vídeo para efeito de registro e avaliação.

9.4.9.1 O candidato que desejar obter cópia do áudio ou vídeo de sua prova, para efeito de interposição de recurso, poderá solicitar cópia da gravação, através do formulário de recursos, até 24 (vinte e quatro) horas após o término das Provas de Desempenho Didático.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

9.4.9.2 A cópia, de que trata o item anterior, será encaminhada unicamente para o endereço eletrônico constante na ficha de inscrição do candidato.

9.4.10 A Prova de Desempenho Didático será avaliada conforme os seguintes critérios:

- a) Plano de Aula;
- b) Introdução à Aula;
- c) Desenvolvimento e domínio do conteúdo;
- d) Metodologia de ensino;
- e) Utilização de Recursos Didáticos;
- f) Fechamento da Aula;
- g) Avaliação de aprendizagem.

9.4.11. Demais informações a respeito da Prova de Desempenho Didático e possíveis critérios adicionais de avaliação constarão no Edital de convocação específico para essa fase.

9.5. DA PROVA DE TÍTULOS

9.5.1. Os candidatos classificados na primeira fase deverão apresentar, no dia da Prova de Desempenho Didático, em envelope lacrado e devidamente identificado, o Curriculum Vitae obtido, obrigatoriamente, por meio da Plataforma Lattes, com os respectivos títulos acadêmicos numerados e sequenciados da mesma forma em que figurarem na Plataforma Lattes, com autenticação em cartório.

9.5.1.1. O envelope lacrado e devidamente identificado, referente à Prova de Títulos deverá ser entregue no local e horário marcado para a Prova de Desempenho Didático.

9.5.2 Somente serão avaliados os títulos dos candidatos classificados na Prova de Desempenho Didático, que obtiveram nota maior ou igual a 50,00 (cinquenta) pontos.

9.5.3 Para a Prova de Títulos deverão ser apresentados para pontuação APENAS os títulos e documentos que estão de acordo com o quadro constante no Anexo IX, considerando os seguintes critérios avaliativos:

- a) **Titulação;**
- b) **Experiência Profissional** (atividades de regência, orientação, atividades de gestão na área de Educação e experiência fora do magistério em área relacionada a área do Concurso);
- c) **Atividades de pesquisa e extensão;**
- d) **Produção científica, técnica e cultural.**

9.5.3.1. A apresentação de títulos para pontuação na Prova de Títulos não exige o candidato de apresentar os documentos que comprovem a formação exigida para posse.

9.5.4. O candidato que não entregar os títulos no prazo e/ou local estipulado em edital receberá nota zero na Prova de Títulos.

9.5.4.1 Não serão aceitos títulos entregues fora do período e local determinado neste Edital.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

9.5.5. Os certificados ou diplomas de conclusão de curso deverão ser expedidos por instituição oficial e reconhecida pelo MEC, ou quando estrangeiro, devidamente revalidado.

9.5.5.1. Será aceita certidão de conclusão de curso, desde que acompanhada do histórico escolar.

9.5.6. Os títulos serão avaliados pela banca examinadora criada para esse fim e valerão de 0 (zero) a 100 (cem) pontos.

9.5.7. NÃO serão aceitas, em nenhuma hipótese, declarações como comprovação de títulos.

9.5.8. NÃO serão aceitas conclusões de módulos de pós-graduação, apenas certificados de conclusão de pós-graduação ou diploma.

9.5.9 Somente serão consideradas as Atividades de Pesquisa e Extensão, Produção Científica, Técnica e Cultural desenvolvidas nos últimos 10 (dez) anos, contados até a publicação do Edital 01/2016 em Diário Oficial da União. Demais informações a respeito da Prova de Títulos constarão no Edital de convocação específico para essa fase.

10 DA PONTUAÇÃO FINAL, DA CLASSIFICAÇÃO E DO RESULTADO FINAL

10.1 A classificação dos aprovados observará a ordem numérica decrescente, individualmente alcançada no total dos pontos obtidos nas Provas Objetivas, de Desempenho Didático e de Prova de Títulos, atribuindo-se o primeiro lugar ao candidato que obtiver a maior pontuação, e assim sucessivamente.

10.2 A classificação dos aprovados, por ordem decrescente da pontuação final, será publicada nos endereços eletrônicos <<http://institutobrasil.net.br/>> e <www.ifac.edu.br>.

10.3 Os candidatos serão classificados por Área, de acordo com o número de vagas e respeitados os empates na última posição, nos termos do art. 16 do Decreto nº 6.944/2009, assim especificado:

QUANTIDADE DE VAGAS POR CARGO	NÚMERO MÁXIMO DE CANDIDATOS CLASSIFICADOS POR CARGO
1	5
2	9
3	14
4	18
5	22
6	25
7	29
8	32



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

10.4 Os candidatos empatados na última classificação não serão considerados reprovados, nos termos do art. 16, do Decreto nº 6.944/2009.

10.5 Os candidatos não classificados no número máximo de aprovados de que trata o Anexo II do Decreto nº 6.944/2009, ainda que tenham atingido nota mínima para aprovação, estarão automaticamente reprovados no concurso público.

10.6 O resultado final, com a relação dos candidatos aprovados no certame, será homologado pela Reitora do IFAC, publicado no Diário Oficial da União e divulgado nos endereços eletrônicos <<http://institutobrasil.net.br/>> e <www.ifac.edu.br>, por ordem de classificação, na forma do Anexo II, do Decreto nº 6.994/2009.

10.7 A publicação do resultado final do concurso será feita em três listas, contendo, a primeira, a pontuação de todos os candidatos concorrentes por área, inclusive a dos candidatos considerados pessoas com deficiência e a dos candidatos autodeclarados pretos ou pardos; a segunda, somente a pontuação dos candidatos na condição de pessoas com deficiência e a terceira, somente a pontuação dos candidatos autodeclarados pretos ou pardos.

11 DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

11.1 Em caso de empate terá preferência o candidato:

- a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, nos termos da Lei Federal nº 10.741/2003, entre si e frente aos demais, sendo que será dada preferência ao de idade mais elevada;
- b) Que obtiver maior número de acertos na área de Conhecimento Específico da Prova Objetiva;
- c) Que obtiver maior número de acertos na área de Didática da Prova Objetiva;
- d) Que obtiver maior número de acertos na área de Língua Portuguesa da Prova Objetiva;
- e) Que obtiver maior pontuação na Prova de Desempenho Didático;
- f) Que obtiver maior pontuação na Prova de Títulos;
- g) Que tiver maior titulação;
- h) Que tiver exercido efetivamente a função de jurado no período entre a data da publicação da Lei nº 11.689/2008 e a data de término das inscrições.
- i) Que tiver mais idade, em anos, meses e dias;

12 DOS RECURSOS

12.1 O prazo para interposição de recurso será de 2 (dois) dias úteis contados a partir da data seguinte à da publicação do fato que lhe deu origem, de forma que os recursos a serem interpostos contra os resultados terão seus prazos contados a partir do dia útil seguinte à divulgação nos endereços eletrônicos <<http://institutobrasil.net.br/>> e <www.ifac.edu.br>, conforme cronograma (Anexo I).

12.2 Admitir-se-á somente recurso individualizado, por candidato, referente a todos os atos do Concurso.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

12.3 O recurso deverá ser apresentado no formulário próprio (Anexo IV) deste edital, disponível nos endereços eletrônicos <<http://institutobrasil.net.br/>> e <www.ifac.edu.br>.

12.3.1. O recurso contra a prova objetiva deverá ser individual, com a indicação da questão na qual o candidato se julga prejudicado, e devidamente fundamentado, comprovando as alegações.

12.3.1.1 Cada questão da prova objetiva deverá ser apresentada em um formulário.

12.3.1.2 As alegações devem estar fundamentadas em:

- a) citação das fontes de pesquisa;
- b) nome dos autores;
- c) bibliografia específica com cópia das páginas dos livros citados.

12.3.1.3 Procedimentos para envio do recurso contra a Prova Objetiva:

- a) acessar o site <<http://institutobrasil.net.br/>>, Anexo IV do Edital;
- b) preencher o formulário de recurso, fundamentar, assinar e digitalizar;
- c) anexar as cópias digitalizadas das páginas dos livros citados;
- d) Enviar através de link específico de Recursos, no site www.institutobrasil.net.br, dentro do prazo estipulado no cronograma (Anexo I) deste Edital. O candidato deve estar "logado" no site para enviar recursos.

12.3.1.4 Será indeferido o recurso que não estiver fundamentado e não atender os dispositivos constantes nos itens acima ou for interposto fora do prazo, bem como os que contenham erro formal e/ou material em sua elaboração ou procedimentos que sejam contrários ao disposto neste Edital.

12.3.1.5 Se da análise de recursos resultar anulação de questões, essas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos. Se resultar em alteração de gabarito, as provas de todos os candidatos serão corrigidas conforme essa alteração e seu resultado final divulgado de acordo com esse novo gabarito.

12.4 Será liminarmente indeferido o recurso cujo teor desrespeitar a Banca e/ou a Comissão responsável pela organização do Concurso Público.

12.5 A resposta do recurso será encaminhada unicamente para o endereço eletrônico constante na ficha de inscrição do candidato

12.6 Poderá haver alteração na classificação preliminar, após análise dos recursos interpostos.

13 DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO

13.1 São requisitos básicos para investidura no cargo público:

- a) Aprovação neste concurso público;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

- b) Ser brasileiro nato ou naturalizado, de acordo com o artigo 12 da Constituição Federal;
- c) Estar em dia e devidamente quite com as obrigações militares (se do sexo masculino) e eleitorais;
- d) Estar no gozo de seus direitos civis e políticos;
- e) Gozar de boa saúde física e mental, tendo em vista o disposto no art. 14 da Lei nº 8.112/1990;
- f) Comprovar habilitação, escolaridade, idade mínima (18 anos) e requisitos exigidos para o cargo, conforme exigências deste edital e nos termos da Lei nº 12.772/2012;
- g) Estar devidamente registrado em Conselho Regional de Classe, quando couber, bem como estar quite com as obrigações legais do órgão fiscalizador e demais exigências de habilitação para o exercício do cargo.

13.2 No ato da posse, o candidato nomeado deverá:

- a) apresentar Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, PIS ou PASEP (se cadastrado), Grupo Sanguíneo e fator RH, Declaração de Bens e Valores, Certidão de Nascimento ou Casamento e Certificado Militar (para homens) e documentação que comprove a escolaridade exigida no edital;
- b) Prestar informações, apresentar documentação complementar e preencher os formulários solicitados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre.

13.3 Além dos requisitos já estabelecidos no item anterior, o candidato aprovado deverá atender ao que se segue para ser empossado no cargo:

13.3.1 A demissão ou a destituição de cargo em comissão, por infringência do art. 117, incisos IX e XI, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público federal, pelo prazo de 5 (cinco) anos;

13.3.2 Não poderá retornar ao serviço público federal o servidor que for demitido ou destituído do cargo em comissão por infringência do art. 132, incisos I, IV, VIII, X e XI;

13.3.3 Apresentar declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo/emprego ou função pública e quanto ao recebimento de proventos de aposentadorias e/ou pensões;

13.3.4 Apresentar declaração de bens e valores que constituam patrimônio e, se casado (a), a do cônjuge;

13.3.5 Apresentar declaração de autorização de acesso às Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda de Pessoa Física, de acordo com a Instrução Normativa do TCU nº 65/2011;

13.3.6 Ter aptidão física e mental, conforme artigo 5º, inciso VI, da Lei nº 8.112/90, que será averiguada em exame médico admissional, de responsabilidade do IFAC, para o qual se exigirá exames laboratoriais e complementares à expensas do candidato, cuja relação será oportunamente fornecida.

14 DA NOMEAÇÃO, LOTAÇÃO, POSSE E EXERCÍCIO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

14.1 A nomeação dos candidatos habilitados às vagas deste Edital, e em novas vagas, caso surjam, obedecerá à ordem de classificação, de acordo com a tabela constante no Item 5 (cinco), com alternância entre a lista de ampla concorrência, seguida da lista de candidatos autodeclarados pretos ou pardos, e da lista das pessoas com deficiência, observando-se, a partir de então, sucessiva alternância entre elas, até o esgotamento das vagas reservadas, de acordo com o § 1º, do artigo 37, do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

14.2 Os candidatos aprovados e nomeados serão regidos pelo Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais (Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990) e alterações posteriores.

14.2.1 O candidato será informado sobre a sua nomeação, por meio de correspondência registrada ou correio eletrônico, a serem encaminhados para os endereços informados no ato da inscrição, razão pela qual dever-se-á manter essas informações atualizadas. O IFAC não se responsabiliza pela mudança de e-mail ou endereço sem comunicação prévia, por escrito, por parte do candidato.

14.3 No ato da convocação, respeitada a ordem de classificação, somente se houver ofertas de vagas em mais de uma unidade do IFAC, os candidatos poderão optar pelo local de lotação.

14.3.1 O candidato convocado que não aceitar a sua nomeação para o cargo, de acordo com opção de lotação existente, ficará automaticamente excluído do Concurso.

14.4 Os candidatos classificados serão nomeados por meio de Edital publicado no Diário Oficial da União, e divulgado no endereço eletrônico www.ifac.edu.br, observado o número de vagas estabelecido no item 2 deste Edital, respeitando-se rigorosamente a ordem crescente de classificação.

14.4.1 Não haverá, em hipótese alguma, segunda nomeação, seja qual for o motivo alegado.

14.5 A posse ocorrerá no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data da publicação do ato de nomeação.

14.5.1 Será tornado sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer no prazo estabelecido no item anterior, bem como se o candidato não atender aos requisitos deste Edital.

14.6 A posse do candidato restringe-se às vagas oferecidas no presente Edital, exceto se a ampliação desse limite for autorizada pelo órgão competente para tal fim.

14.7 O candidato nomeado para provimento do cargo efetivo fica sujeito, nos termos do artigo 41, "caput" da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98, e a Lei nº 11.091/2005, a estágio probatório, durante o qual sua aptidão, capacidade e desempenho no cargo serão avaliados.

14.8 Durante o estágio probatório não poderá haver alteração de regime de trabalho, bem como remoção ou redistribuição, exceto por interesse da Instituição ou nos casos previstos em lei ou regulamentação interna.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

14.9 Todos os candidatos nomeados ingressarão na Classe/Nível D I - 1 do Plano de Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e serão lotados nas unidades do IFAC, e obedecerão ao horário de trabalho a ser definido pela Administração.

14.9.1 A jornada de trabalho poderá ocorrer durante os turnos matutino, vespertino e/ou noturno, finais de semana, pontos facultativos e feriados, de acordo com a necessidade da Instituição, observada a jornada de trabalho semanal e legislação.

14.9.2 O horário de funcionamento da Instituição está compreendido entre 07 horas e 23 horas.

14.10 No interesse e a critério do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre, e obedecendo às normas legais pertinentes e às previsões contidas neste Edital, na vigência do concurso, poder-se-á admitir que candidatos homologados e não nomeados neste Concurso Público possam ser aproveitados em quaisquer Unidades do IFAC, observada a ordem de classificação e o número de vagas existentes e autorizadas e a anuência dos candidatos.

14.11 Caberá ao candidato nomeado para o preenchimento de vaga em localidade diversa de seu domicílio arcar com as despesas da sua mudança.

14.12 A qualquer época, o candidato nomeado poderá ser chamado para exercer suas atividades em quaisquer dos campi do IFAC no Estado do Acre, diferente daquele para o qual foi nomeado, se a Administração solicitar. Nestes casos, as despesas de locomoção e diárias ocorrerão por conta do IFAC.

15 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 O prazo de validade deste Concurso Público é de 02 (dois) anos contados da data de sua homologação, podendo ser prorrogado uma única vez e por igual período, a critério exclusivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre.

15.2 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais atualizações ou retificações, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital próprio publicado nos endereços eletrônicos <<http://institutobrasil.net.br/>> e <www.ifac.edu.br>, sendo de inteira responsabilidade do candidato o seu acompanhamento.

15.3 Qualquer cidadão poderá protocolar pedido de impugnação ao presente Edital, devidamente justificado e fundamentado, no prazo estipulado no cronograma (Anexo I), sob pena de preclusão.

15.3.1 Os pedidos de impugnação deverão ser dirigidos a Magnífica Reitora do IFAC, protocolados na Reitoria do IFAC, situada na Rua Coronel José Galdino, 495, Bosque, Rio Branco/AC, CEP: 69.900-640.

15.4 A Empresa INSTITUTO BRASIL e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre não se responsabilizam por eventuais prejuízos ao candidato, inclusive quanto à eventual nomeação, decorrentes de:

a) Endereço não atualizado;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

b) Endereço de difícil acesso;

c) Correspondência devolvida pela Empresa de Correios e Telégrafos por razões diversas de fornecimento e/ou endereço errado do candidato;

d) Correspondência recebida por terceiros.

15.5 Durante o prazo de validade do Concurso Público será respeitada a ordem de classificação obtida pelos candidatos para nomeação nas vagas existentes ou que porventura vierem a existir, de acordo com a necessidade e disponibilidade financeira do IFAC.

15.6 Não será permitida a solicitação para “Final de Fila”.

15.7 Caso não haja preenchimento das vagas deste edital, o IFAC poderá fazê-lo através de procedimento de Aproveitamento de Lista de Concursos Públicos de outras instituições federais de ensino vinculadas ao Ministério da Educação, desde que autorizadas por essas instituições e que o dispositivo esteja descrito nos editais.



Reitoria

Reitoria - Anexo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

15.8 Mediante autorização prévia do IFAC, a lista de classificados poderá ser utilizada por outras instituições federais de ensino vinculadas ao Ministério da Educação para fins de Aproveitamento de lista, respeitando a ordem de classificação geral dos cargos.

15.9 Não será fornecido ao candidato nenhum documento comprobatório de habilitação e classificação no Concurso Público, valendo, para esse fim, a homologação do resultado publicada no Diário Oficial da União.

15.10 Decorridos 180 (cento e oitenta) dias da homologação e não caracterizando qualquer óbice, é facultada a destruição do cartão-resposta e demais registros escritos, mantendo-se, porém, pelo prazo de validade do Concurso Público, os registros eletrônicos.

15.11 A legislação que vier a vigorar após a data de publicação deste Edital, bem como alterações em dispositivos de lei e atos normativos a ele posteriores, não serão objeto de avaliação nas provas deste concurso público, salvo se houver previsão de retroatividade.

15.12 O servidor nomeado que não for detentor de Licenciatura Plena, por não exigência no Edital, deverá participar de Programa Especial de Formação Pedagógica, quando ofertado pelo IFAC, conforme determina a Legislação.

15.13 Os casos não previstos serão resolvidos pela Empresa Organizadora do Concurso ou a Comissão Central de Concurso, à luz da legislação vigente.

15.14 Os Anexos deste Edital poderão ser acessados nos endereços eletrônicos <<http://institutobrasil.net.br/>> e <www.ifac.edu.br> a partir de 05 de setembro de 2016: Anexo I - Cronograma; Anexo II - Requerimento de Reserva de Vagas para Candidatos com Deficiência e/ou Condições Especiais para Realização da Prova; Anexo III - Autodeclaração; Anexo IV - Requerimento de Recurso; Anexo V - Requerimento de Isenção da Taxa de Inscrição; Anexo VI – Conteúdos Programáticos; e, Anexo VII – Termo de Desistência; Anexo VIII - Critérios de Avaliação da Prova de Desempenho Didático e; Anexo IX - Quadro de Atribuição de Pontos para a Avaliação de Títulos.

Rio Branco/AC, 30 de agosto de 2016.

GIRLEN NUNES DOS SANTOS
REITORA SUBSTITUTA DO IFAC





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 01, DE 09/09/2016
REFERENTE EDITAL 01/2016, DE 31 DE AGOSTO DE 2016

ANEXO I

CRONOGRAMA

EVENTO	DATA
Publicação do Edital no Diário Oficial da União	31/08/2016
Publicação do Edital no portal do IFAC	31/08/2016
Divulgação do Edital em veículos de comunicação de grande circulação	31/08 a 19/09/2016
Período para impugnação do Edital	12 a 16/09/2016
Período de Inscrição	20/09 a 10/10/2016
Período de inscrição para os candidatos com pedido de isenção da taxa de inscrição	21 a 25/09/2016
Divulgação dos candidatos beneficiados com a isenção da taxa de inscrição	03/10/2016
Interposição de recursos contra a divulgação dos candidatos beneficiados com a isenção da taxa de inscrição	04 e 05/10/2016
Resposta dos recursos contra a divulgação dos candidatos beneficiados com a isenção da taxa de inscrição	07/10/2016
Data final para o pagamento do boleto da taxa de inscrição.	11/10/2016
Homologação das inscrições e divulgação dos locais da prova objetiva	26/10/2016
Recurso contra a homologação das inscrições	27 e 28/10/2016
Resposta dos recursos contra homologação das inscrições	31/10/2016
Divulgação da relação dos candidatos deferidos e indeferidos	31/10/2016
Divulgação da relação candidato/vaga	31/10/2016
DATA PROVÁVEL DA PROVA OBJETIVA	11/12/2016
Divulgação do gabarito preliminar da prova objetiva	11/12/2016 às 21 h
Interposição de recursos contra questões e os gabaritos preliminares da prova objetiva	12, 13 e 14/12/2016
Resposta dos recursos contra questões e os gabaritos preliminares da prova objetiva	03/01/2017
Divulgação do resultado preliminar da prova objetiva	03/01/2017
Recurso contra o resultado preliminar da prova objetiva	04, 05 e 06/01/2017
Resposta dos recursos contra o resultado preliminar da prova objetiva	10/01/2017
Divulgação do Resultado Final da Prova Objetiva, após recursos	10/01/2017
Pedido de desconsideração de Autodeclaração de Preto ou Pardo, por meio de formulário próprio disponível nos endereços eletrônicos: < http://institutobrasil.net.br/ > e < http://www.ifac.edu.br/ >	Estas etapas serão divulgadas a partir do dia 09/12/2016, em edital próprio, nos endereços eletrônicos < http://institutobrasil.net.br/ >
Divulgação do cronograma e Convocação para a Prova de Desempenho Didático e Prova de Títulos	
Sorteio do tema da Prova de Desempenho Didático	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

Divulgação da Composição das Bancas Examinadoras	e < http://www.ifac.edu.br >.
PROVA DE DESEMPENHO DIDÁTICO E ENTREGA DOS TÍTULOS	
Divulgação do resultado da Prova de Desempenho Didático e avaliação dos Títulos	
Interposição de Recursos contra o resultado da Prova de Desempenho Didático e avaliação dos Títulos	
Divulgação da resposta aos Recursos contra o resultado da Prova de Desempenho Didático e avaliação dos Títulos	
Divulgação do Resultado Final do Concurso.	
Convocação dos candidatos autodeclarados pretos ou pardos para entrevista de verificação da veracidade da autodeclaração.	
Realização da entrevista de verificação da veracidade da autodeclaração, na forma do edital de convocação.	
Divulgação do resultado da verificação da veracidade das autodeclarações.	
Prazo para envio de recursos contra o Resultado da verificação da veracidade das autodeclarações.	
Divulgação do Resultado da verificação da veracidade das autodeclarações após análise dos recursos.	
Homologação do Concurso	

Observações:

1. O Edital será disponibilizado nos sites www.ifac.edu.br e <http://institutobrasil.net.br>
2. Os Anexos deste Edital estarão disponíveis nos sites www.ifac.edu.br e <http://institutobrasil.net.br>.
3. As datas do cronograma poderão ser alteradas e/ou ajustadas de comum acordo entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFAC e o Instituto Brasil, para melhor execução do certame, sem que isso gere direitos aos candidatos. O IFAC e o Instituto Brasil se responsabilizam, portanto, em dar ampla divulgação a quaisquer alterações.



Reitoria

Reitoria - Anexo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 01, DE 09/09/2016
REFERENTE EDITAL 01/2016, DE 31 DE AGOSTO DE 2016

ANEXO II

REQUERIMENTO DE RESERVA DE VAGAS PARA CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA E/OU CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO			
Nome			
RG		Órgão Expedidor	
CPF		Fone	()
Cargo Pretendido			
Nº de inscrição			
E-mail			

Deseja participar da reserva de vagas destinadas a pessoas com deficiência, conforme previsto no Decreto Federal n.º 3.298/1999?

() Não () Sim

Tipo de Deficiência:

() Física () Auditiva () Visual () Mental () Múltipla

Necessita de condições especiais para realização da(s) prova(s)

() Não () Sim

Em caso positivo, favor especificar:





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 01, DE 09/09/2016
REFERENTE EDITAL 01/2016, DE 31 DE AGOSTO DE 2016

ANEXO III

AUTODECLARAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO			
Nome			
RG		Órgão Exp.	
CPF		Fone	()
Cargo Pretendido			
Nº de inscrição			
E-mail			

De acordo com a classificação do IBGE, qual a sua cor?

() Amarela () Branca () Indígena () Parda () Preta

Você se declara negro? () Não () Sim

DECLARO ser negro(a), de acordo com a classificação oficial do IBGE, isto é, ser de cor preta ou parda. **DECLARO** que desejo me inscrever no Concurso Público do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE, para concorrer às vagas destinadas ao sistema de cotas para negros. **DECLARO** ainda estar ciente que informações prestadas e que não correspondam à verdade dos fatos implicarão no cancelamento da inscrição, em caso de aprovação, e instauração do correspondente processo, conforme o Art. nº 299 do Código Penal. **DECLARO** conhecer e aceitar todas as regras estabelecidas no **Edital nº 01/2016**. Por fim, **DECLARO** concordar com a divulgação de minha condição de optante pelo sistema de cotas para negros(as).

Em atendimento à **Orientação Normativa nº 3, de 1/8/2016, publicada no DOU nº 147, de 2/8/2016, Seção 1, página 54, da Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão**, os candidatos que se autodeclararam pretos ou pardos no momento da inscrição, para concorrer às possíveis vagas reservadas e que no Resultado Final estiverem entre os 5 (cinco) primeiros colocados dentro desse grupo seletivo, por cargo/área, serão convocados para entrevista, **presencial e obrigatória**, que será realizada pela Comissão Especial de Verificação, para aferir a veracidade da autodeclaração.

_____, ____ de _____ de ____.

Assinatura do Candidato

FALSIDADE IDEOLÓGICA

Art. 299. Omitir em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena. Reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos e multa, se o documento é particular.

Parágrafo Único. Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

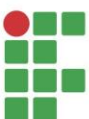
LEI Nº 12.990, DE 9 DE JUNHO DE 2014

(...)

Art. 2º Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição no concurso público, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Parágrafo único. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do concurso e, se houver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao serviço ou emprego público, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

(...)



Reitoria

Reitoria - Anexo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 01, DE 09/09/2016
REFERENTE EDITAL 01/2016, DE 31 DE AGOSTO DE 2016

ANEXO IV

REQUERIMENTO DE RECURSO

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO			
Nome			
RG		Órgão Expedidor	
CPF		Fone	()
Cargo Pretendido			
Nº de inscrição			
E-mail			

À Comissão do Concurso Público / Instituto Brasil

O PRESENTE RECURSO REFERE-SE A:	
<p>() Com relação à homologação das inscrições;</p> <p>() Com relação ao gabarito preliminar da prova objetiva;</p> <p>() Com relação à prova de desempenho e títulos;</p> <p>() Com relação às incorreções ou irregularidades constatadas na execução do concurso;</p> <p>() Com relação ao procedimento de aferição da veracidade da informação prestada por candidatos autodeclarados pretos e pardos.</p> <p>() Outros. _____</p>	
JUSTIFICATIVA DO CANDIDATO:	
_____ _____ _____ _____	
_____, ____ de ____ de ____	_____ Assinatura do Candidato
INSTRUÇÕES:	
<p>✓ Somente serão analisados os recursos protocolados dentro dos prazos previstos e formulados de acordo com as normas estabelecidas no Edital nº 01/2016;</p> <p>✓ No caso de recursos às questões da prova objetiva, estes deverão apresentar argumentação lógica e consistente, devendo, ainda, estar acompanhado de cópia da bibliografia pesquisada para fundamentação.</p>	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 01, DE 09/09/2016
REFERENTE EDITAL 01/2016, DE 31 DE AGOSTO DE 2016

ANEXO V

REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

OBS: Para solicitar a isenção da taxa de inscrição, é necessário que efetue a sua inscrição no Concurso Público.

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO			
Nome			
RG		Órgão Expedidor	
CPF		Fone	()
Cargo Pretendido			
Nº de inscrição			
E-mail			
Número de Identificação Social – NIS (atribuído pelo CadÚnico)			

Solicito isenção da Taxa de Inscrição no Concurso Público regido pelo **Edital nº 01/2016**, e **DECLARO** que:

a) Estou inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, de que trata o Decreto nº 6.135/2007.

b) Sou membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 6.135/2007.

DECLARO ainda estar ciente de que a falsidade das declarações por mim firmadas no presente documento, poderá ensejar **sanções civis, e, principalmente, criminais (Art. 299 do Código Penal)** e responsabilização legal prevista pela **Lei nº 12.101/2009 Art. 15 §1º**, alterada pela **Lei nº 12.868/2013, Decreto nº 8.242/2014**.

_____, ____ de _____ de _____.

Assinatura do candidato

INTEIRO TEOR DA LEI 7.115/83 E O TEXTO DO ARTIGO 299 DO CÓDIGO PENAL.
LEI Nº 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983 – (DOU 30/8/1983).

Prova documental de vida, residência, hipossuficiência (pobreza), etc.

Art. 1º. A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, homonímia ou bons antecedentes, quando firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da lei, presume-se verdadeira.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo não se aplica para fins de prova em processo penal.

Art. 2º. Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável.

Art. 3º. A declaração mencionará expressamente a responsabilidade do declarante.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

FALSIDADE IDEOLÓGICA

Art. 299. Omitir em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena. Reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos e multa, se o documento é particular.

Parágrafo Único. Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.



Reitoria

Reitoria - Anexo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 01, DE 09/09/2016
REFERENTE EDITAL 01/2016, DE 31 DE AGOSTO DE 2016

ANEXO VI

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

**CONTEÚDOS COMUNS A TODOS OS CARGOS DE PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO,
TÉCNICO E TECNOLÓGICO**

LÍNGUA PORTUGUESA: Leitura e compreensão de textos. Ortografia oficial. Divisão silábica. Acentuação gráfica e crase. Emprego das classes de palavras. Pontuação. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Sintaxe do período simples e composto. Significado das palavras: sinônimos, antônimos, homônimos e parônimos. Estilística: figuras de linguagem.

RACIOCÍNIO LÓGICO: Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos. Princípio fundamental de contagem. Análise combinatória. Probabilidade. Porcentagem. Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas.

INFORMÁTICA: Informática: Sistema Operacional Windows 7, Conhecimento sobre o pacote Microsoft Office 2013 (Word, Excel, PowerPoint), Internet, Antivírus. Redes de computadores e a internet. Hardware - Componentes de microcomputadores. Nomenclatura e função dos hardwares do computador.

LEGISLAÇÃO: Constituição da República Federativa do Brasil 1988: Capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto / Capítulo IV – Da Ciência e Tecnologia / Capítulo VII – Da Administração Pública. Lei nº 8.069, de 13/7/1990: Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Lei nº 8.112, de 11/12/90: Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais. Decreto nº 1.171, de 22/6/1994: Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Lei nº 9.394, de 20/12/1996, e suas alterações: Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 11.892, de 29/12/2008: Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Lei nº 12.772, de 28/12/2012: Estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal. Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC – Quadriênio 2014-2018, disponível no site <<http://www.ifac.edu.br/>>. Resolução nº 187/CONSU/, de 25/7/2014: Estatuto Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC, disponível no site <<http://www.ifac.edu.br/>>.

DIDÁTICA: Legislação para o Ensino Médio e Educação Profissional de Nível Técnico. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e Educação Profissional de Nível Técnico, da Educação de Jovens e Adultos e da Educação Profissional Tecnológica. Tendências educacionais na sala de aula: correntes teóricas e alternativas metodológicas. Tendências Pedagógicas. Pressupostos teóricos para o Ensino Médio, Educação Profissional de Nível Técnico, da Educação de Jovens e Adultos e da Educação Profissional Tecnológica. Concepções de Educação e Escola. Avaliação acadêmica. Função social do ensino e a concepção sobre os processos de aprendizagem: instrumentos de análise. As mudanças no mundo do trabalho e a educação. Os elementos do trabalho pedagógico: ensino por competências, objetivos, conteúdos segundo sua tipologia e organização, metodologias de ensino e avaliação da



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

aprendizagem (na perspectiva reguladora). Bases Psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento: conceito, correntes teóricas. A multidimensionalidade do processo ensino-aprendizagem. A interdisciplinaridade no processo de ensinar a aprender. A construção do conhecimento: papel do educador, do educando e da sociedade. Visão interdisciplinar e transversal do conhecimento. Gestão escolar democrática e participativa: novos desafios para a gestão. O Projeto Político-pedagógico da Escola: concepção, princípios e eixos norteadores. Políticas de Educação Especial e Inclusão escolar. Fundamentos e princípios da Educação Inclusiva. Educação Étnico-racial. Adolescência: Caracterização da adolescência: aspectos físicos e psicossociais.

**CONTEÚDOS ESPECÍFICOS PARA OS CARGOS DE PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO,
TÉCNICO E TECNOLÓGICO**
(Dedicação Exclusiva, 40 horas semanais)

ADMINISTRAÇÃO: Fundamentos e evolução das principais teorias administrativas. Administração de materiais e patrimônio. Administração de recursos humanos. Administração financeira e orçamentária. Administração da produção e operações. Administração mercadológica. Planejamento: Técnicas de abordagem, análise e diagnóstico. Estabelecimento de cenários. Estabelecimento de objetivos e metas organizacionais. Métodos de desdobramento de objetivos e metas e elaboração de Planos de Ação e Mapas Estratégicos. Implementação de estratégias. Tipos de indicadores. Sistemáticas de Monitoramento e Avaliação. Ferramentas de Gestão. Gestão de Pessoas: Liderança, Gerenciamento de Conflitos, Gestão por Competência, Motivação, Avaliação de Desempenho, sistemas de incentivo e responsabilização. Flexibilidade organizacional. Recursos humanos: sistemas de contratação; gerenciamento; mudanças sociais e legais que influenciam o gerenciamento de RH. Trabalho em equipe. Mecanismos de rede. Coordenação Executiva: problemas da articulação versus a fragmentação de ações governamentais. Dimensões da coordenação: intragovernamental, intergovernamental e governo-sociedade. Princípios Constitucionais da Administração Pública. Administração Indireta. Autarquias. Fundações Públicas. Atos Administrativos: Conceito, Atributos, Elementos, Classificação, Vinculação e discricionariedade, Anulação, Revogação e Convalidação. Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.

AGRONEGÓCIO: Contabilidade Básica. Economia Agrícola. Gestão de Projetos Estruturais. Controle de Estoque. Noções de Biologia Geral. Noções de Química Básica. Fertilidade Agrícola. Técnicas de Produção Vegetal. Agricultura Orgânica. Práticas agrônômicas, fertilidade do solo, fitopatologia, técnicas de irrigação, manejo e conservação do solo e de pastagens. Técnicas de Produção Animal. Principais raças e aptidões. Produtividade e manejo da criação de animais (bovinos, caprinos, ovinos, aves). Reprodução Animal. Genética. Gestão de Pessoas.

AGRONOMIA: Agricultura - Quanto às culturas perenes e temporárias, serão abordados aspectos morfofisiológicos de crescimento, desenvolvimento e produção, que estão relacionados aos seguintes itens: Fatores edafoclimáticos (temperatura, disponibilidade de água, umidade relativa do ar, luminosidade, acidez/alcalinidade e aeração). Fertilidade dos solos e nutrição mineral de plantas (elementos essenciais e sua disponibilidade, adubação e fertilizantes, correção do solo e corretivos). Transformações do nitrogênio, do fósforo, do enxofre e de outros elementos no solo. Tratos culturais (principais práticas culturais e particularidades de lavouras de importância econômica). Controle de ervas daninhas (diferentes métodos e sua eficiência). Principais pragas e doenças e métodos de controle. Conceitos, objetivos, escolas e aplicação dos princípios agroecológicos: agricultura orgânica, as escolas da linha agroecológica. Conversão da agricultura convencional à agricultura orgânica. Tipos de máquina e implementos agrícolas e sua operacionalização. Gênese do solo. Processos e fatores de formação dos solos. Características físicas, químicas e mineralógicas dos solos. Principais atributos do solo para fins de classificação. Sistema Brasileiro de Classificação de Solos. Levantamentos e amostragem de solos. Engenharia Rural: Irrigação e Drenagem. Pecuária - Quanto à produção animal, serão abordados os seguintes aspectos da Bovinocultura (de corte e leiteira), suinocultura e avicultura: Manejo (conhecimento das particularidades de cada espécie explorada). Sanidade (controle e prevenção das principais doenças e parasitoses). Principais raças e aptidões. Reprodução (ciclo reprodutivo e técnicas promotoras de maiores produtividades). Índices zootécnicos (taxas de natalidade, desfrute). Economia Agrícola - Teoria e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

instrumentos de análise econômica: teoria da produção e da estrutura de mercados, progresso técnico na agricultura, teoria da demanda, teoria da oferta, elasticidades, mudança no equilíbrio, relações entre receita e elasticidade, formação de preços, preços fixos e flexíveis, determinação dos preços agrícolas, teoria da renda da terra. Mecanismos e financiamentos da política agrícola, política macroeconômica e agricultura, instrumento de política agrícola: créditos, preços, tributação, tecnologia, armazenamento e comercialização, políticas de segurança alimentar, políticas de reforma agrária e colonização. Como promover "dias de campo" para demonstrar técnicas. Noções e conhecimentos para elaboração de laudos técnicos.

ALIMENTOS: Química de Alimentos: Propriedades da água e seus efeitos sobre as transformações físico-química dos alimentos. Classificação, estrutura e propriedades dos principais componentes dos alimentos: proteínas, aminoácidos, carboidratos e lipídios. Transformações físicas e químicas durante o processamento e armazenamento dos alimentos. Propriedades Funcionais de carboidratos e Proteínas. Enzimas. Tecnologia de Alimentos: Tecnologia de Carnes e derivados. Tecnologia de açúcar e bebidas. Tecnologia de massas. Tecnologia de Frutas e hortaliças. Microbiologia: Métodos de controle de microorganismos. Preparo de meios de cultura. Metabolismo bacteriano. Microorganismos deteriorantes, patogênicos e indicadores em alimentos. Sistemas de produção, armazenamento, comercialização e transporte de leite. Obtenção higiênica do leite. Tipos de ordenha e relação com o controle de qualidade. Conservação e qualidade bacteriológica do leite cru. Propriedades químicas, físicas e físico-químicas do leite. Controle de qualidade de leite fluido pasteurizado e esterilizado. Fabricação de queijos: queijo minas frescal, queijo minas padrão, queijo prato, queijo muçarela, queijo parmesão, ricota, requeijão, queijo fundido, provolone, obtenção do creme, fabricação da manteiga, produtos fermentados, iogurte, bebida láctea, doce de leite. Subprodutos da indústria de laticínios aproveitamento do soro de leite. Histórico e importância da microbiologia dos alimentos. Fatores intrínsecos e extrínsecos que afetam o desenvolvimento de microrganismos nos alimentos. Microrganismos patogênicos de importância em alimentos. Deterioração microbiana de alimentos. Métodos de controle do desenvolvimento microbiano dos alimentos. Metabolismo dos micro-organismos de interesse em tecnologia de alimentos: fungos filamentosos e não filamentosos, bactérias lácticas, acéticas, proteolíticas e lipolíticas e seus processos. Microbiologia e segurança alimentar conceitos de microbiologia: bactérias, bolores e leveduras. Curva de crescimento microbiano. Coloração de Gram. Microrganismos gram-positivos e gram-negativos. Fatores que afetam o desenvolvimento microbiano. Enfermidades transmitidas por alimentos: Toxinfecções alimentares. Boas práticas de fabricação. Tecnologia de alimentos métodos de conservação de alimentos. Aspectos nutritivos dos alimentos. Deterioração de alimentos. Código do consumidor. Legislações pertinentes a conservação e prazo de validade de alimentos.

BIOLOGIA:Ensino de Biologia. Biologia Celular e Molecular: Diversidade e organização celular. Composição química dos seres vivos. Bioquímica e organização das membranas celulares. Morfologia e fisiologia dos componentes celulares. Morfologia, estrutura, fisiologia, número e variação dos cromossomos. Alterações numéricas e estruturais dos cromossomos (síndromes). Histologia e Embriologia animal: Métodos de estudos histológicos. Tecidos epiteliais. Tecidos conjuntivos. Tecido muscular. Tecido nervoso. Modalidades de reprodução em animais, gônadas, gametogênese, gametas. Tipos de óvulos. Principais fases embrionárias e anexos embrionários. Zoologia: Classificação dos seres vivos. Morfofisiologia comparativa, sistemática e filogenia dos *Phylumchordata*. Aspectos econômicos e ecológicos dos *Phylumchordata*, *subphylovertebrata* e sua utilização pelo homem nas diferentes áreas de interação. Genética: Terminologia genética. Natureza e estrutura do gene. Leis mendelianas. Interação gênica. Heredogramas. Polialelia. Pleiotropia. Herança ligada ao sexo. Linkage e crossingover. Mapeamento cromossômico. Tecnologia do DNA recombinante. Microbiologia e Imunologia: Estrutura, crescimento e metabolismo das bactérias e dos vírus. Principais grupos de bactérias e vírus. Conceitos fundamentais sobre organização, funcionamento e atividade imunológica. Biologia dos fungos e sua classificação. Classificação geral das micoses. Conceitos básicos em imunologia. Aspectos práticos da imunidade: vacinação, imunodeficiência, hipersensibilidade, transplantes e rejeição, autoimunidade. Parasitologia: Origens e definição do parasitismo. Aspectos gerais da relação parasito-hospedeiro. Morfologia, biologia, patogenia e profilaxia dos principais protozoários, helmintos, e artrópodes do homem e de interesse em saúde pública e educação. Evolução: Genética de populações. Teorias da evolução. Mecanismos da evolução. Especiação. Mecanismos de isolamento. Evolução do homem.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

Anatomia e Fisiologia Humana: Morfologia e funcionamento dos sistemas esquelético e articular. Morfologia e funcionamento do sistema muscular. Morfologia e funcionamento do sistema circulatório. Morfologia e funcionamento do sistema respiratório. Morfologia e funcionamento do sistema digestório. Morfologia e funcionamento do sistema urinário. Morfologia e funcionamento do sistema nervoso e endócrino. Morfologia e funcionamento dos sistemas reprodutores masculino e feminino. Ecologia: Níveis de organização da vida, cadeias e teias alimentares, ciclos biogeoquímicos, relações ecológicas. Ecologia de populações. Herança Mendeliana: Algumas características mendelianas no homem; Sistema ABO. Biogeografia. Geologia e Paleontologia: Conceito e subdivisão do tempo geológico. Constituição da crosta terrestre. Intemperismo e erosão. Origem e classificação dos solos. Processos de fossilização e técnicas de estudo. Relação da paleontologia com outras Ciências. Biologia Vegetal. Citologia vegetal. Histologia vegetal: tecidos embrionários e adultos. Sistemática de vegetais inferiores. Sistemática de vegetais superiores. Organografia vegetal: raiz, caule, folha, flor, fruto e semente. Fisiologia da reprodução vegetal. Fisiologia do transporte de nutrientes pelo vegetal.

CONTABILIDADE: Contabilidade Pública e Legislação: receita e despesa pública: conceito, classificação econômica e estágios; receitas e despesas orçamentárias e extra orçamentárias: interferências passivas e mutações ativas; plano de contas da Administração Pública: conceito, estruturas e contas do ativo, passivo, despesa, receita, resultado e compensação, depreciação, amortização, exaustão, balanços financeiro, patrimonial, orçamentário e demonstrativo das variações de acordo com a Lei nº 4.320 de 1964; orçamento, conceito e espécies, natureza jurídica, princípios orçamentários, normas gerais de direito financeiro (Lei 4.320 de 1964), fiscalização e controle interno e externo dos orçamentos, despesa pública: conceito e classificação, princípio da legalidade, técnica de realização da despesa pública: empenho, liquidação e pagamento; Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101 de 2000); Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI); Lei das licitações e contratos públicos (Lei 8666 de 1993 e alterações); Procedimentos de Retenção de impostos e contribuições federais: Lei 9.430 de 1996 e alterações; Instrução Normativa da RFB 1.234 de 2012; Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal (Lei 10.180 de 2001); sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional (Lei 8.429 de 1992); Instrução Normativa 02 de 2008 do MPOG e suas atualizações; Lei 6.404 de 1976 e alterações. Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP. Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica Aplicada ao Setor Público (NBCASP-NBC T 16). Ética profissional. Toda legislação citada anteriormente e suas respectivas alterações e complementações até a publicação deste Edital.

EDUCAÇÃO FÍSICA: Fundamentos da Educação Física; Histórico da Educação Física; Função Social da disciplina de Educação Física; Desenvolvimento Humano. Os elementos da prática pedagógica na Educação física (elementos metodológicos de trabalho). Dança como linguagem que permite exteriorizar sentimentos e emoções, expressão da própria vida. Educação Física Escolar e qualidade de vida, frente à realidade social econômica política e cultural, nos seus diferentes significados. Educação, Trabalho, Saúde e Lazer. Educação Física e Cidadania. Educação Física e Educação, Educação Física e Esporte. Educação Física e Motricidade Humana. Educação Física e Saúde. Educação Física e Sociedade. Educação Física Escolar na perspectiva interdisciplinar. Esporte como fenômeno sociocultural. Finalidades da Educação Física Escolar na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. Ginástica como forma de exercitação corporal. Jogo como produção social no processo ensino aprendizagem. Recreação e jogos. Iniciação ao desporto e a dança. Atividades lúdicas. Atividade física como agente promotor de saúde. Atividade física durante o crescimento e o desenvolvimento. Efeitos do estresse ambiental sobre a performance humana. Noções básicas de regras do atletismo e esportes coletivos. Código de Ética do Profissional de Educação Física.

ENGENHARIA AMBIENTAL: Ecologia e ecossistemas brasileiros. Ciclo do carbono, nitrogênio e fósforo. Noções de Meteorologia e Climatologia. Noções de Hidrologia. Qualidade da água, poluição hídrica e tecnologias de tratamento de águas e efluentes para descarte e/ou reuso. Classificação de cursos





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

d'água e características dos principais parâmetros para enquadramento de corpos d'água: Resolução CONAMA n.º 357 de 17/03/2005. ISO 14000. Certificação Ambiental. Cartografia e Topografia. Noções de desenho técnico. Ecologia. Fontes Alternativas de Energia. Poluição e problemas ambientais. Noções de fluidodinâmica. Noções de Geologia e Solos. Aspectos, Impactos e Riscos ambientais. Qualidade do ar, poluição atmosférica, controle de emissões. Aquecimento Global e Mecanismos de desenvolvimento Limpo – MDL. Caracterização e recuperação de áreas degradadas, em especial do solo e da água subterrânea. Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA. Regulamentação para os Estudos de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). Cálculo básico para dimensionamento de Estações de Tratamento de Efluentes Domésticos. Modelos básicos para cálculo de vazões: Método Racional e Hidrograma Unitário. Licenciamento Ambiental: etapas e legislação básica. Legislação e normas ambientais brasileira. Fauna. Classificação taxonômica da fauna silvestre brasileira. Manejo da fauna silvestre brasileira in situ e exsitu. Convenções internacionais voltadas à proteção de espécies em que o Brasil é signatário. Convenção da Biodiversidade. Convenção Internacional sobre o Comércio das Espécies da Fauna e Flora em Perigo de Extinção (CITES). Gestão e manejo dos recursos ambientais. Zoneamento ecológico-econômico. Manejo florestal sustentável. Gestão e manejo em unidades de conservação. Proteção da biodiversidade. Instrumento de controle e licenciamento. Silvicultura, projetos de florestamento e reflorestamento. Educação ambiental. Manejo de bacias hidrográficas. Prevenção e combate a incêndios florestais. Proteção e manejo de cavernas. Aspectos socioeconômicos. Políticas públicas. Agenda 21 – desenvolvimento sustentável. Meio ambiente, sociedade e noções de Sociologia e de Antropologia. Conhecimento das normas ISO 14000:2004.

ENGENHARIA DE PRODUÇÃO: Escolas administrativas. Engenharia econômica. Gestão de pessoas. Projeto fabril e Layout. Desenvolvimento de produtos, processos e serviços. Métodos e processos; elaboração e gerência de projetos industriais; estratégia e planejamento empresarial. Administração da produção: planejamento e controle da produção; custos e orçamentos; planejamento da capacidade; sistemas de produção; arranjo físico. Logística: administração de materiais; movimentação e armazenagem de materiais; transporte e distribuição. Sistemas de gestão da qualidade: ferramentas, auditoria, certificações. Saúde, segurança e meio ambiente: normas regulamentadoras (NRs), ergonomia, programas de prevenção, qualidade de vida, CIPA, ISO 14000. Modais de transportes. Distribuição de produtos. PERT / CPM. Processos de produção, da seleção de matérias-primas à saída do produto. Noções de: resistência dos materiais e mecânica dos fluidos. Sistemas de medição: processos de medição, instrumentação básica, avaliação de sistemas de medição, validação. Gestão de pessoas: liderança, treinamento, coordenação de equipes. Tecnologias: sistemas de informações gerenciais.

ENGENHARIA FLORESTAL: Legislação e normas ambientais brasileira: ambiental e florestal. Resoluções do CONAMA. Dendrologia e fitossociologia. Silvicultura: sementes, produção de mudas, viveiros florestais. Ecologia florestal: solos, relação solo-água-planta, sítios florestais, nutrição, controle ambiental. Edafologia: processos químicos, físicos e biológicos do solo, classificação do solo. Sementes e viveiros florestais. Produção de mudas florestais. Implantação de povoamentos florestais e tratamentos culturais. Recuperação de áreas degradadas. Ecologia florestal: relações solo-água-planta, sítios florestais, nutrição. Proteção florestal. Dendrometria: medições florestais, volumetria, crescimento florestal. Inventário florestal: método aleatório e estratificado. Medição de área: topografia, sensoriamento remoto, GPS, SIG. Colheita florestal: manual e mecanizada. Economia florestal: custo, receita, avaliação econômica de bens materiais e imateriais. Manejo de bacias hidrográficas. Manejo florestal: desrama, desbaste, rotação, taxa de corte. Planejamento ambiental e florestal. Tecnologia da madeira: desdobro, beneficiamento, preservação da madeira. Manejo de Florestas: Destruição, fragmentação e degradação de habitats florestais. Ecofisiologia vegetal. Estrutura e funcionamento de ecossistemas florestais. Fatores que condicionam a diversidade de espécies em florestas. Efeitos das perturbações antropogênicas sobre comunidades florestais.

FILOSOFIA: Ensino de Filosofia. Filosofia. Razão. Verdade. O conhecimento. A religião. As artes. Ética. Política. A cultura. Lógica. Metafísica. As ciências. O mundo da prática. Filosofar, Pensar, Sentir, Comunicar, Agir, Fazer. Ideologia e Cidadania. Os conflitos de nossa época e a exigência de uma orientação ético-política fundamental. A situação do ser humano como problema ético. A fundamentação pragmático-transcendental da ética da comunicação e o problema do mais alto estágio de uma lógica de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

desenvolvimento da consciência moral. Cosmologia. A evolução do imaginário grego: da explicação mitológica à atividade filosófica. Sócrates, a ironia socrática e a ética. A teoria do conhecimento em Platão. A ética e a metafísica em Aristóteles. Karl Marx e o materialismo histórico dialético. Immanuel Kant: fundamentos e implicações na metafísica/ontologia. O existencialismo de Sartre e suas implicações políticas. A contribuição de Michel Foucault para a filosofia contemporânea. Ética em Nietzsche. A Filosofia e a Educação.

FÍSICA: Ensino de Física. Mecânica Clássica: Cinemática vetorial. As leis de Newton e suas aplicações. Trabalho, energia e conservação de energia. Equilíbrio e elasticidade. Oscilações. Gravitação, forças centrais e dinâmica orbital. Centro de massa, dinâmica de um sistema de partículas e colisões. Mecânica de fluidos. Movimento de um sistema em referencial não inercial. Momentos de inércia e momento angular, dinâmica de corpos rígidos. Translações, rotações e suas conservações. Princípio da mínima ação de Hamilton e dinâmica de Euler-Lagrange. Transformações canônicas, coordenadas generalizadas. Eletromagnetismo: Carga elétrica e a lei de Coulomb. O campo elétrico e a lei de Gauss. Potencial elétrico e energia potencial elétrica. Propriedades elétricas dos materiais, resistência elétrica e a lei de Ohm. Capacitância e os meios dielétricos. Corrente elétrica e circuito de corrente contínua. Força eletromotriz. Associação de resistores e as leis de Kirchhoff. O campo magnético. Lei de Biot-Savart. Lei de Ampère. Lei de indução de Faraday-Lenz. Geradores e receptores. Indutância e indutância mútua. Equações de Maxwell nas formas integral e diferencial. Ondas eletromagnéticas. Física Moderna: Natureza corpuscular da luz. Natureza ondulatória da luz. Efeito fotoelétrico e espalhamento Compton. Teoria clássica e a teoria de Planck da radiação de cavidade. O Postulado de De Broglie e a dualidade onda partícula. O princípio da incerteza. Os modelos atômicos de Thomson, de Rutherford, de Bohr e de Sommerfeld. Ondulatória. Acústica. A mecânica quântica de Schroedinger. Função de onda e sua interpretação. Cálculos probabilísticos da posição, da Energia e do momento em mecânica quântica. Soluções da equação de Schroedinger independente do tempo. Relatividade Geral e Restrita. Termodinâmica: Lei zero da Termodinâmica. Primeira lei da termodinâmica. Segunda lei da termodinâmica e entropia. Máquinas térmicas. Ciclos termodinâmicos. Teoria cinética de gases e distribuição de velocidades moleculares. Ensino e aprendizagem de Física: A História da ciência no ensino de física. A interdisciplinaridade no ensino de física. O papel da experimentação no ensino de física. O papel dos livros didáticos no ensino de física. Os PCNs no ensino de física. Obstáculos epistemológicos para a aprendizagem de conceitos físicos. Relações Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente no ensino de Física. Projetos e Programas para o ensino de Física. Materiais didáticos para o ensino de Física.

GESTÃO AMBIENTAL: Ecologia e ecossistemas brasileiros. Ciclo do carbono, nitrogênio e fósforo. Noções de Meteorologia e Climatologia. Noções de Hidrologia. Qualidade da água, poluição hídrica e tecnologias de tratamento de águas e efluentes para descarte e/ou reuso. Classificação de cursos d'água e características dos principais parâmetros para enquadramento de corpos d'água: Resolução CONAMA n.º 357 de 17/03/2005. ISO 14000. Certificação Ambiental. Cartografia e Topografia. Noções de desenho técnico. Ecologia. Fontes Alternativas de Energia. Poluição e problemas ambientais. Noções de fluidodinâmica. Noções de Geologia e Solos. Aspectos, Impactos e Riscos Ambientais. Qualidade do ar, poluição atmosférica, controle de emissões. Aquecimento Global e Mecanismos de desenvolvimento Limpo – MDL. Caracterização e recuperação de áreas degradadas, em especial do solo e da água subterrânea. Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA. Regulamentação para os Estudos de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). Cálculo básico para dimensionamento de Estações de Tratamento de Efluentes Domésticos. Modelos básicos para cálculo de vazões: Método Racional e Hidrograma Unitário. Licenciamento Ambiental: etapas e legislação básica. Legislação e normas ambientais brasileira. Fauna. Classificação taxonômica da fauna silvestre brasileira. Manejo da fauna silvestre brasileira in situ e ex situ. Convenções internacionais voltadas à proteção de espécies em que o Brasil é signatário. Convenção da Biodiversidade. Convenção Internacional sobre o Comércio das Espécies da Fauna e Flora em Perigo de Extinção (CITES). Gestão e manejo dos recursos ambientais. Zoneamento ecológico-econômico. Manejo florestal sustentável. Gestão e manejo em unidades de conservação. Proteção da biodiversidade. Instrumento de controle e licenciamento. Silvicultura, projetos de florestamento e reflorestamento. Educação ambiental. Manejo de bacias hidrográficas. Prevenção e combate a incêndios florestais. Proteção e manejo de cavernas. Aspectos socioeconômicos. Políticas públicas. Agenda 21 –



Reitoria

Reitoria - Anexo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

desenvolvimento sustentável. Meio ambiente, sociedade e noções de Sociologia e de Antropologia. Conhecimento das normas ISO 14000:2004.

INFORMÁTICA: Web: fundamentos, projetos, design, interação, programação, segurança, comércio eletrônico, técnicas avançadas. Recursos Multimídia: Rede de Computadores. Segurança em redes. JAVA WEB Desenvolvimento de software: métodos ágeis. Sistemas operacionais: teoria, implementação, administração e evolução. Linguagens de quarta geração, programação estruturada e orientada a objetos, interface gráfica. Sistemas de Informação: engenharia da informação, modelagem de dados (modelo E-R), modelagem de procedimentos, dicionário de dados, conceito e projeto de banco de dados relacionais. Sistemas de Computação: sistemas centralizados, descentralizados e distribuídos, arquitetura cliente/servidor: conceitos e características, tipos e implementações de modelos em arquitetura cliente/servidor, conceitos de conectividade, distribuição de dados, lógica e apresentação. Desenvolvimento de Aplicações: princípios de engenharia de software (análise e projeto: conceitos, princípios e métodos, produto e processo de software, modelos de ciclo de vida de software, planejamento e gerência de projetos, métrica de software). Modelos de desenvolvimento, análise e técnicas de levantamento de requisitos. Análise e projetos estruturados. Análise e projetos orientados a objetos. Conceitos básicos de UML (Unified Modeling Language). Arquitetura de aplicações para o ambiente Internet. Arquitetura em três camadas. Arquitetura cliente/servidor. Ferramentas CASE. Linguagens de programação: Java; Object Pascal, C, C++. Programação Java em arquitetura J2EE. Elaboração de plano de testes, teste e manutenção de software. Testes de módulos e de integração. Qualidade de software. Noções gerais dos modelos de medição de qualidade ISO/IEEE e CMM. Sistemas Gerenciadores de Banco de Dados (SGBD) e Bancos de Dados: conceitos e arquitetura para sistemas de bancos de dados, características de um SGBD. Modelagem de dados e projeto de banco de dados para ambiente relacional e modelagem multidimensional. Linguagens de definição e manipulação de dados: SQL, banco de dados ORACLE e MySQL. Noções de Datawarehousing e Datamining. Administração de Dados e Administração de Bancos de Dados: conceitos, objetivos, estruturas de bancos de dados, métodos de acesso, organização física de arquivos. Redes de Computadores: Topologias e arquiteturas

LIBRAS: Educação de surdos: fundamentos históricos, legais e teórico-metodológicos. Concepções de surdez. Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Língua Brasileira de Sinais: aspectos culturais e identidade surda. Diferenças entre a língua brasileira de sinais e a língua portuguesa. Aspectos linguísticos da Libras: sinais icônicos, sinais arbitrários, estrutura gramatical, aspectos estruturais, componentes não manuais, estrutura sintática, formação de palavras. Libras: léxico, fonologia, morfologia e sintaxe. Contexto histórico do Profissional Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais/Língua Portuguesa. Ensino da Língua Brasileira de Sinais como primeira língua. Ensino da Língua Brasileira de Sinais como segunda língua. O profissional tradutor e intérprete de língua de sinais. Legislação sobre a Língua Brasileira de Sinais. Políticas educacionais para surdos. Educação inclusiva. Atendimento educacional especializado para os alunos com surdez. Políticas linguísticas e legislação acerca da LIBRAS e da profissão do tradutor-intérprete. Conceitos de tradução e de interpretação em suas diferentes modalidades. Tradução e interpretação Libras para o português e vice-versa.

LÍNGUA PORTUGUESA E SUAS LITERATURAS: Ensino de Língua Portuguesa. Formação da língua portuguesa e da literatura. Língua, linguagem e fala. Normas padrão e não-padrão. Função da linguagem. Figuras de linguagem. Tipificação textual. Estrutura linguística. Sintaxe fundacional e relacional. Coerência e coesão. Morfossintaxe - termos ligados ao nome. Períodos compostos por subordinação. Orações coordenadas. Concordância. Regência. Semântica e Estilística. Textos literários e não-literários. Correntes literárias: Romantismo; Realismo; Naturalismo; Parnasianismo; Simbolismo; Pré-Modernismo; Modernismo; tendências contemporâneas. Condições de produção literária e literatura marginal. Materiais didáticos para o ensino de Língua Portuguesa e suas Literaturas.

MATEMÁTICA: Ensino de Matemática. Geometria e a álgebra de vetores. Espaços vetoriais. Número e Operações. Os números reais. As propriedades dos números. Conjuntos numéricos a partir de suas representações. Operações com conjuntos numéricos. Porcentagens e juros. Álgebra e Função. Os conceitos de domínio, imagem, função composta e função inversa, crescimento e decréscimo (taxa de variação). O aspecto de proporcionalidade, intrínseco a função linear, a função afim e as funções





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

relacionadas a ela. As sequências numéricas, em particular com as progressões aritméticas. O pensamento funcional articulado com a geometria analítica. A função quadrática. A função exponencial, articulada com as progressões. A função logaritmo como inversa da função exponencial. A função trigonométrica. Grandezas e Medidas. A ideia de grandezas formadas por relações entre outras grandezas (densidade, aceleração, etc.). As grandezas geométricas: comprimento, perímetro, área e volume. Geometria: Proporcionalidade. Congruência. Semelhança. Teorema de Tales e suas propriedades. As relações métricas e trigonométricas nos triângulos (retângulos e quaisquer). Teorema de Pitágoras. Figuras planas ou espaciais: Simetria de figuras planas ou espaciais A geometria analítica. Significados geométricos de coeficientes de equações (da reta e da circunferência), de retas paralelas, perpendiculares, tangentes e secantes. Articulada como outras áreas da matemática: ideias como crescimento, decrescimento, taxa de variação de uma função, inclinação de um gráfico, entre outros. Os sistemas de equações. Estatística, Probabilidade e combinatória. Leitura e interpretação de dados expressos em tabelas e gráficos Medidas estatísticas como medidas de tendência central (média, moda, mediana) e de dispersão (desvio-médio, desvio-padrão e variância). Combinatória: ideia do princípio fundamental da contagem. A ideia de probabilidade. A noção de porcentagem e juros. Materiais didáticos para o ensino de Matemática.

PEDAGOGIA: História da Educação Brasileira. Concepções de Educação e Escola. Função social da escola e compromisso social do educador. O atual sistema educacional brasileiro: LDB; Projeto político-pedagógico: fundamentos para a orientação, planejamento e implementação de ações voltadas ao desenvolvimento humano pleno, tomando como foco o processo ensino-aprendizagem. Tendências educacionais na sala de aula: correntes teóricas e alternativas metodológicas. A construção do conhecimento: papel do professor. A interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade no processo de ensinar a aprender. O planejamento em educação. Avaliação Escolar. Educação Étnico-racial: ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Distúrbios e transtornos de aprendizagem (discalculia, dislexia, disgrafia, disortografia, disartrias TDAH). Fundamentos e princípios da Educação Inclusiva. A Educação de Jovens e Adultos. A Educação Profissional. Legislação Básica da Educação.

PESCA: Botânica Aquática. Zoologia Aquática. Biologia dos Animais Aquáticos. Geologia de Ambientes Aquáticos. Ecologia. Termodinâmica Técnica. Microbiologia Geral e do Pescado. Aspectos da Pesca Brasileira. Oceanografia. Economia Pesqueira. Engenharia para a Aqüicultura. Mecânica Aplicada à Pesca. Dinâmica de Populações e Avaliação de Recursos Pesqueiros. Navegação. Manejo de Bacias Hidrográficas. Pesca. Fisiocologia de Animais Aquáticos. Tecnologia do Pescado. Máquinas e Motores Utilizados na Pesca. Administração e Legislação Pesqueira. Instalações Pesqueiras. Manejo da criação em cativeiro de peixes, jacarés, rãs e camarões criados em cativeiro, em tanques, açudes e lagoas.

PSICOLOGIA: História e evolução da Psicologia. Processos psíquicos essenciais: consciência, sensação, percepção, atenção, memória, emoção, aprendizagem. Pensamento e linguagem. A personalidade em seus fundamentos básicos, estruturas e teorias. Desenvolvimento: pressupostos teóricos e ciclos vitais. Aprendizagem: cognitivismo, comportamentalismo, psicanálise, humanismo e o processo histórico social. A Psicologia Social e conceitos básicos: Técnicas projetivas e psicométricas na Avaliação Psicológica, a ética da avaliação, os testes de inteligência, aptidões cognitivas e personalidade. A Psicologia e a Saúde: o papel do psicólogo na equipe multidisciplinar; concepções de saúde e doença. Saúde Mental no indivíduo, na família e no trabalho, as psicopatologias. As diferentes abordagens psicoterápicas, temas, técnicas e aplicações. Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem. Psicologia Ocupacional.

QUÍMICA: Ensino de Química. Estrutura da matéria. Propriedades periódicas. Ligações químicas. Forças Intermoleculares. Química Quantitativa. Equilíbrio químico. Análise gravimétrica. Análise titulométrica de neutralização, de precipitação, de complexação, de oxidoredução. Termodinâmica. Entalpia. Entropia. O Átomo de carbono. Principais funções orgânicas. Nomenclatura. Propriedades físico-químicas e reacionais. Estereoquímica. Reações orgânicas. Catálise homogênea e heterogênea. Teoria de grupo e simetria. Modelo de ligação de valência. Hibridização. Modelo dos orbitais moleculares. Ligação iônica; Estrutura das redes cristalinas - sólidos iônicos. Reações químicas de esterificação, de transesterificação e de oxidação. Polimerização. Gliceroquímica. Equilíbrio de fases. Cinética química. Eletroquímica. Reações de oxirredução. Espectrometria no infravermelho.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

Cromatografia líquida e gasosa. Espectrometria de massas. Espectrofotometria de UV-Visível. Fotometria de chama. Viscosimetria. Difração de Raios-X. Síntese de etanol. Produção de etanol em escala laboratorial e industrial. Gases. Soluções e propriedades coligativas. Materiais didáticos para o ensino de Química.

ZOOTECNIA: Manejo Alimentar e nutricional de não ruminantes. Manejo Alimentar e nutricional de ruminantes. Classificação, identificação e composição bromatológica dos alimentos para animais. Característica das raças de ruminantes e de não ruminantes. Manejo na criação de ruminantes (gado de corte, gado de leite, caprinos e ovinos). Manejo na criação de não ruminantes (abelhas, aves, suínos, coelhos, equídeos, peixes e rãs). Características qualitativas e quantitativas importantes para o melhoramento animal. Manejo sanitário na produção de animais ruminantes e não ruminantes visando a biossegurança. Plantas forrageiras, pastagens e conservação de alimentos (feno, silagem de plantas inteiras e de grãos). Exigências nutricionais, formulações de rações para ruminantes e não ruminantes e controle da qualidade das rações. Instalações e equipamentos necessários para criação de animais de interesse zootécnico. Ecologia. Embriologia. Citologia. Histologia. Fisiologia animal. Fisiologia vegetal. Imunologia. Higiene e profilaxia animal. Mecanização agrícola. Parasitologia animal. Julgamento animal.



Reitoria

Reitoria - Anexo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 02, DE 20 DE SETEMBRO DE 2016
REFERENTE AO EDITAL 01/2016, DE 31 DE AGOSTO DE 2016

ANEXO VII
TERMO DE DESISTÊNCIA

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO			
Nome			
RG		Órgão Expedidor	
CPF		Fone	()
Cargo Pretendido			
Nº de inscrição			
E-mail			
<p>DECLARO para os devidos fins que DESISTO de concorrer às vagas reservadas a candidatos pretos e pardos, ofertadas pelo Concurso Público para provimento, em caráter efetivo, do cargo de Docente – Área: _____ do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do ACRE-IFAC, regido pelo Edital nº 01/2016. DECLARO ainda estar ciente de que concorrerei somente às vagas de ampla concorrência.</p>			
<p>Em atendimento à Orientação Normativa nº 3, de 1/8/2016, publicada no DOU nº 147, de 2/8/2016, Seção 1, página 54, da Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, os candidatos que se autodeclararam pretos ou pardos no momento da inscrição, conforme subitem 6.8, para concorrer às possíveis vagas reservadas e que no Resultado Final estiverem entre os 5 (cinco) primeiros colocados dentro desse grupo seletivo, por cargo/área, serão convocados para entrevista, presencial e obrigatória, que será realizada pela Comissão Especial de Verificação, para aferir a veracidade da autodeclaração.</p>			
_____, ____ de ____ de ____.		_____ Assinatura do Candidato	
FALSIDADE IDEOLÓGICA			
<p>Art. 299. Omitir em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:</p> <p>Pena. Reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos e multa, se o documento é particular.</p> <p>Parágrafo Único. Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.</p>			
LEI Nº 12.990, DE 9 DE JUNHO DE 2014			
(...)			
<p>Art. 2º Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição no concurso público, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.</p> <p>Parágrafo único. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do concurso e, se houver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao serviço ou emprego público, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.(...)</p>			



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 02, DE 20 DE SETEMBRO DE 2016
REFERENTE AO EDITAL 01/2016, DE 31 DE AGOSTO DE 2016

ANEXO VIII

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA PROVA DE DESEMPENHO DIDÁTICO

AVALIAÇÃO DO DOCENTE	
CRITÉRIOS	
1. PLANO DE AULA	PONTUAÇÃO
<ul style="list-style-type: none">✓ Apresenta objetivos, conteúdos, metodologia, recursos didáticos, atividades, avaliação e referenciais.✓ Estabelece os procedimentos da ação docente: introdução, desenvolvimento e fechamento da aula.	0-15
2. INTRODUÇÃO	
<ul style="list-style-type: none">✓ A aula foi introduzida com criatividade, mobilizando o interesse e fazendo relação com conceitos básicos do tema a ser estudado.✓ Utilizou-se de aspectos motivacionais, buscando a interação e a conexão entre o conteúdo a ser trabalhado e a realidade (contextualização).✓ Linguagem adequada ao nível de ensino.	0-10
3. DESENVOLVIMENTO	
<ul style="list-style-type: none">✓ A construção do conhecimento foi realizada a partir da contextualização do tema, apresentando estrutura lógica e própria para o nível de ensino.✓ Para explicar o conteúdo (parte teórica), apresentou sinônimos para os termos técnico, exemplificou, fez analogias respeitando a linguagem formal, de acordo com o nível de ensino.✓ Incentiva os alunos despertando seu interesse para o desenvolvimento do conteúdo.✓ Postura adequada frente a turma.✓ Facilidade de expressão, comunicação.✓ Boa dicção, tom e impostação de voz adequada a sala de aula.	0-30
4. METODOLOGIA	
<ul style="list-style-type: none">✓ A metodologia (procedimentos da ação docente) foi adequada aos objetivos e ao conteúdo do Plano.✓ A metodologia favoreceu a exposição do conteúdo.✓ Demonstrou domínio de conteúdo.✓ Problematisa o conteúdo desafiando o aluno a pensar.✓ Utilizou bem o tempo disponível para a exposição da aula.✓ Deixa expectativas para novas aprendizagens.	0-30
5. RECURSOS DIDÁTICOS	
<ul style="list-style-type: none">✓ Os recursos didáticos utilizados foram adequados ao tema proposto e ao nível de ensino.	0-5



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

✓ Atingiram os objetivos e foram bem explorados durante a aula.	
6. FECHAMENTO	
✓ Realizou revisão e síntese, cumprindo as etapas previstas no plano, dosando o conteúdo em relação ao tempo previsto.	0-5
7. AVALIAÇÃO	
✓ Realizou as atividades de avaliação da aprendizagem de acordo com o planejamento. ✓ Dentro de um tempo satisfatório.	0-5
MÉDIA MÁXIMA	100



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 02, DE 20 DE SETEMBRO DE 2016
REFERENTE AO EDITAL 01/2016, DE 31 DE AGOSTO DE 2016

ANEXO IX

QUADRO DE ATRIBUIÇÃO DE PONTOS PARA A AVALIAÇÃO DE TÍTULOS

CRITÉRIOS AVALIATIVOS	
TÍTULOS ACADÊMICOS Pontuação máxima: 40 pontos (Não cumulativa)	Pontuação
a) Doutorado na área de atuação pretendida.	40
b) Doutorado em área correlata da área de atuação pretendida.	35
c) Mestrado na área de atuação pretendida.	30
d) Mestrado em área correlata da área de atuação pretendida.	25
e) Especialização na área de atuação pretendida.	20
f) Especialização em área correlata da área de atuação pretendida (carga horária mínima de 360h).	15
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: Atividades de regência, orientação, atividades de gestão na área de Educação e experiência fora do magistério em área relacionada a área do Concurso. Pontuação máxima: 30 (Cumulativa)	Pontuação
Docência em curso superior (incluindo Pós-graduação), por disciplina, por período letivo, com carga horária igual ou superior a 30 horas.	2 pontos/ disciplina
Docência no Ensino Médio, por disciplina, por período letivo, com carga horária igual ou superior a 30 horas.	2 pontos/ disciplina
Docência na Educação Profissional, por disciplina, por período letivo, com carga horária igual ou superior a 30 horas.	2 pontos/ disciplina
Exercício de Cargos de Direção/Gestão Escolar em Instituição de Ensino, por cargo, por no mínimo seis meses.	1 ponto/ 6 meses
Exercício de Cargos/funções de Coordenação de Curso, Chefia de Departamento ou equivalente em Instituição de Ensino, por cargo, por no mínimo seis meses.	1 ponto/ 6 meses
Experiência profissional fora do magistério, com atuação explicitamente relacionada à área para qual está concorrendo, comprovada em carteira profissional ou por ato institucional de entidade pública, por no mínimo seis	1 ponto/6 meses



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

meses.	
Orientações de Monografias/Trabalho de Conclusão de Curso em nível de Graduação e Especialização <i>Lato Sensu</i> .	1 ponto/ orientação
Orientações de dissertações e teses.	2 pontos/orientação

ATIVIDADES DE PESQUISA E EXTENSÃO Pontuação máxima: 15 (Cumulativa)	Pontuação
Coordenação de projeto de pesquisa, extensão ou inovação tecnológica aprovado por agência de fomento (ex.: CNPq, Capes, Finep, Fundect, entre outras agências), por projeto concluído.	3 pontos/ projeto
Participação em projeto de pesquisa, extensão ou inovação tecnológica aprovado por agência de fomento (ex.: CNPq, Capes, Finep, Fundect, entre outras agências), por projeto concluído.	2 pontos/ projeto
Coordenação de Projeto de pesquisa institucional, por projeto concluído.	2 pontos/ projeto
Bolsista de Produtividade em Pesquisa CNPq, Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora CNPq, por ano (comprovado com declaração ou outro documento equivalente).	1 ponto/ano

PRODUÇÃO CIENTÍFICA, TÉCNICA E CULTURAL Pontuação máxima: 15 (Cumulativa)	Pontuação
Artigo completo publicado e/ou aceito em periódico científico com Qualis/CAPES (A1 e A2).	5 pontos/ artigo
Artigo completo publicado e/ou aceito em periódico científico com Qualis/CAPES (B1 e B2).	4 pontos/ artigo
Artigo completo publicado e/ou aceito em periódico científico com Conceito QUALIS C ou publicados em periódicos que não tiverem classificação Qualis, mas que tiverem corpo editorial.	3 pontos/ artigo
Patente ou depósito de patente com comprovação através de documento emitido por órgão competente. Registro de <i>software</i> com certificado emitido por autoridade competente.	5 pontos/ patente
Autoria de livro na área do concurso cadastrado no ISBN.	5 pontos/livro
Autoria de capítulo de livro na área do concurso com ISBN.	3 pontos/capítulo
Publicação técnica ou tecnológica na área do concurso (manual, relatório	3 pontos/ publicação





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

técnico ou material didático) cadastrada no ISBN.	
---	--



Reitoria

Reitoria - Anexo